



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE JANEIRO DE 2025

**Ata n.º 39**

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de janeiro e aditamento de 21 de janeiro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM**: Apreciação e deliberação da ata de 18-12-2024; -----

**PONTO DOIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da JSD, de Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários de Albufeira; -----

**PONTO TRÊS**: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do Concelho; -----

**PONTO QUATRO**: Tomada de conhecimento da proposta de alteração referente ao **Sistema de Controlo Interno**; -----

**PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto no n.º 4 do artigo 72.º A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, referente ao **Procedimento Simplificado de Reclassificação do solo do PDM de Albufeira**; -----

**PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2025-2029**; -----

**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2025-2029**; -----

**PONTO OITO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura "+ Qualificação dos Profissionais da Câmara Municipal de Albufeira"**, no âmbito do aviso n.º ALGARVE - 2024-24 - Formação da Administração Pública Regional e Local, pelo valor de 299.652€; -----

**PONTO NOVE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao **Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Material de Rega**, até ao limite de 270.000,00€ + IVA; -----



**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do **Concurso Público para prestação de serviços de desmatção de terrenos e desramagem de estradas e caminhos do concelho de Albufeira**, pelo valor base de 339.000,00€ + IVA; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo MIPA, sobre a habitação. -----

**PRESENCAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, David Antony Ferreira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Celilia de Oliveira Agapito Valério, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

**Faltas:** Antonieta Helena Bernardino Dias e Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira. --

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, David Ferreira e Carla Valério. ---

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Gabriela Pacheco. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

**Paolo Funassi:** “Boa noite a todos, há um grupo de extrema-direita que convocou para as dezoito horas do dia oito de fevereiro, uma manifestação sobre o falso pretexto de haver uma relação entre o aumento da criminalidade em Albufeira e a imigração. Não existe qualquer prova ou indício que suporte essa afirmação em Albufeira ou em



qualquer outra zona do país. Pelo contrário, historicamente o Algarve sempre foi uma região de diversidade cultural, quer a nível de turismo quer de trabalhadores. O que tem aumentado nos últimos anos, tem sido sim, a desigualdade, afetando a população de todas as proveniências, esse é o motivo que obriga alguns cidadãos, a viver situações insustentáveis e a sujeição a condições indigna de trabalho de habitação. Este não é um problema exclusivo da população imigrante. O Algarve é a região com maior desigualdade em Portugal Continental. Eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, como é que este grupo, que já se organizou há mais de um mês, com quatro autocarros do país e, estão a convocar praticamente toda a população para participar, não só de Albufeira, mas também do Algarve e até do Alentejo, se a Câmara Municipal autorizou isto? Ou se tenciona fazer alguma coisa, porque também, já aviso aqui, vai haver uma manifestação alternativa, digamos assim, também este sábado às treze horas da tarde na praça dos pescadores, e que irão até ao Pau da Bandeira. Portanto, digo aqui, há riscos de haver desacatos, espero que não, obviamente. Albufeira sempre foi pacífica, foi tranquila, esta gente que não é de Albufeira, vem de fora, também pode acontecer alguma coisa, obviamente, mas desejo que não, mas queria saber se vai haver medidas, se a GNR está avisada ou o que a Câmara tenciona fazer e, se autorizou. Se autorizou, acho eu que o foi erradamente. Depois queria dizer, já que falamos da situação degradante, da habitação, e das condições de vida, ao lado do Intermarché, por exemplo, está a haver pessoas e, está a crescer um assentamento de pessoas que estão a fazer fogo, cozinham, e não sei se dormem lá e, depois, por trás da estação de autocarros. Tivemos também a situação, que vocês já sabem, do camping ao lado do Shopping da Guia, portanto digo, há situações que estão a se degradar e, queria saber se a Câmara, obviamente, como faz anos que isto está a acontecer, se não acha que Albufeira, pelo menos na parte periférica, se está a degradar. Depois também no centro, vemos muitas vezes que, há quinze pessoas a morar num apartamento só, portanto, acho que a Câmara poderia tentar reverter isto, digo porque os senhores também se incomodam e não só, quando Albufeira é associada, por exemplo, a criminalidade, muita gente se queixa que há insegurança, e muita gente se queixa que há situações, digamos assim, onde se vive mal. Penso que o executivo também poderia fazer alguma coisa. Por último, eu sempre vim de cabeça erguida aqui, porque nunca vim pedir nada para mim, nem direta, nem indiretamente e queria só dizer uma coisa, eu tenho notado que Albufeira tem uma biblioteca maravilhosa, uma



fachada espetacular, parabéns ao executivo quando encargou, mesmo que por milhares de euros, mas a fachada ficou foi muito bonita, aliás, acho uma das bibliotecas com a fachada mais bonita do país, mas tenho notado que tem poucos livros escritos sobre Albufeira, pelo que Albufeira é, e como eu escrevi cinco livros sobre Albufeira e, mais quatro que serão publicados para o mês que vem, já faz um ano que venho fazendo e, queria saber se para poderia doar alguns desses livros à biblioteca municipal, e como tenho que fazer? Se tenho de fazer algum pedido através da Câmara ou diretamente com a biblioteca?" -----

Manuel Merciano: "Boa noite, o que me traz hoje aqui são dois assuntos: Ladeira da Fonte, à qual a Câmara recusou casas a pessoas com deficiência, recusou casas a famílias que faltava entregar um documento, recusou casas a funcionários da própria Câmara e, o que é certo e, engraçado é que, quarenta por cento da população que vive na Ladeira da Fonte são indianos e brasileiros, com todo o devido respeito. Acontece que, mesmo depois do concurso já ter fechado, estas pessoas chegam hoje a Portugal, chegam a Albufeira no dia a seguir e têm logo habitação na Ladeira da Fonte, há qualquer coisa aqui errada. Eu sei que há requisitos que esta gente cumpre, não têm dívidas à segurança Social e às Finanças, pois nunca trabalharam cá, também não têm tempo de fazer dívidas num dia, mas o que é certo, e engraçado, é que, muitas das pessoas que provavelmente vocês entregaram as casas, estão a subalugar as casas, o que é contra o regulamento que estava em vigor. Portanto, acho que a Câmara deve ter atenção, deve ser feita uma fiscalização e, se houver casas arrendadas ou subalugadas, que é o que está a acontecer, eu acho que o concurso deve ser deitado abaixo e, as pessoas têm de devolver as residências, as habitações para que seja feita alguma justiça. Outro assunto, na assembleia passada, dia de dia dezoito de dezembro, eu disse ao Senhor Presidente que havia aqui algumas pessoas do seu executivo a mandar e-mails e a incomodar os meus amigos para que eu deixasse de fazer intervenções. Eu já descobriu um deles, é o seu chefe de gabinete que mandou e-mails, portanto, sendo o seu chefe de gabinete, Senhor Presidente, o senhor é o principal suspeito de ter mandado fazer o email. Eu peço desculpa, não me diga que nesta Câmara, ou neste executivo qualquer pessoa manda no seu chefe de gabinete. Mas já agora quero dizer que, esta cidade perdeu o turismo de qualidade que tinha, glamour dos anos noventa, ainda há pouco tempo uma revista inglesa diz que da costa da Europa, Albufeira é uma cidade feia, suja, não é limpa, a criminalidade violenta aumentou, não foi a



criminalidade normal. O seu chefe de gabinete tem tanto com que se preocupar, ele em vez de andar a mandar emails ele que se preocupe com o turismo que perdemos, com a cidade que temos, que não é criativa não é moderna e Albufeira merece outro turismo e outra cidade." -----

Carla Silvano: "Boa noite a todos, faço parte da administração do lote cinquenta e oito na Urbanização Surfal, e nós temos um acordo de cooperação assinado com a Câmara desde setembro de dois mil e quinze, que era para preservar o espaço exterior, portanto, os pinheiros. Aqueles pinheiros estão horríveis, desde dois mil e dezassete que tentamos que se faça alguma coisa, emails, depois veio a SmartCity, a mesma coisa, na plataforma a mandarmos sempre toda a informação, fotografias, tudo e até hoje nada foi feito. Aqueles pinheiros precisam realmente de ser podados e já não sabemos mais o que havemos de fazer e, nesse sentido, venho hoje aqui, representar a administração e fazer um último pedido de viva-voz, porque realmente aquilo que já não dá. Tiveram lá a semana passada a fazer um cortezinho de um ramo que estava seco, que já estava a tapar a entrada para a garagem. Ficamos todos contentes quando os vimos, e perguntamos se não fazem mais nada, não, só temos ordem para fazer isto. Portanto, é esta a nossa pretensão." -----

Nuno Duarte: "Boa noite, o que me traz aqui é para falar sobre o Giro que faz a volta da Guia, que só integra o interior, a zona do Shopping, a Galé, esquecendo-se da zona da Rotunda da Guia que vai até à rotunda do Zoomarine, havendo pessoas idosas nessa zona que podiam usufruir desse mesmo transporte para a saúde, para supermercados e demais. Queria também referir para quando locais de culto? Quais são os locais de culto que existem em Albufeira? E também gostava de referir quais os jardins ilustres e os que vão dar continuidade para quando uma estátua em homenagem a um ilustre de Albufeira." -----

Joana Mascarenhas: "Boa noite, gostaria de colocar algumas questões sobre o nosso concelho, uma delas é recolha de resíduos, saber se a recolha de resíduos está a ser bem efetuada nas zonas do Montechoro, Guia e Cerro da Águia, pois alguns moradores mencionam que não tem sido feito com a regularidade necessária, o que provoca acumulação de lixo. Recolha de entulhos de obras, se estão a efetuar recolhas quando solicitadas e se aceitam que sejam descarregados nos locais devidos, pois, na Malhada Velha, a informação dada é que já não o fazem. Em relação às escolas que gostaria de saber em relação aos menus, se poderiam colocar os mesmos de forma mais apetecível



aos jovens, para evitar que estes por não gostarem desses menus saiam da escola para ir comer a cafés ou supermercados, conforme alguns pais se queixam. Também melhorar o sistema de vigilância nas portarias das escolas, para que seja mais fácil os funcionários controlarem quem é que pode ou não sair da escola dentro do horário escolar e quem tem ou não autorização para entrar. Uma sugestão seria a colocação de torniquetes. Também a sugestão de ter polícias de manhã ou da parte da tarde para aumentar a segurança dos mesmos e não apenas para controlar o estacionamento dos pais.” -----

Ivo Laranjo: “Boa noite, congratular a Câmara Municipal na pessoa do senhor vereador Ricardo Clemente, mais uma vez, pelo embelezamento da zona da Bica, mais concretamente no Rossio, onde foi colocado o padrão das navegações de Portugal e também pela obra de arte colocada em frente à capela da Orada, na calçada com o barco das navegações marítimas. Congratular também o executivo pelo investimento em dezoito fogos em regime de renda convencionada, dando resposta à alarmante necessidade de habitação e alargando sempre que as condições o permitirem a resposta a quem vem de fora e a quem vive no nosso concelho. Deixar algumas notas importantes relativamente à zona envolvente à capela da Orada, que está com imensas ervas daninhas e precisa ser retirada, pois é um embelezamento de um espaço de passagem, envolve um sítio religioso e histórico. Segunda nota, em questão à meia laranja que nos deparamos certamente em particular eu, que diariamente passo por aquelas ruas e, vejo a falta de equipas em contacto com estas pessoas, a fim de estarem a ser ajudadas e a aceitarem, se for do agrado delas. Ressalvo que não é só trabalho do executivo ou da Igreja, mas de cada um de nós de forma particular. Não estou a pedir que se escondam estas pessoas, mas que procuremos pelos meios que temos ao dispor, associações e equipas, grupos, de ir ao encontro destes que, como nós, merecem uma vida digna. Alertar que na rua Miguel Torga, Senhor Presidente, necessita de alcatrão em toda a sua extensão, devido aos demasiados buracos que lá tem. Congratular também um investimento feito pelo executivo na pasta da segurança do nosso concelho, colocando em atividades sessenta câmaras de vigilância. Agora, permitam-me um à parte, compreendo que, para alguns achem que não vale a pena e não vai ajudar a nossa Guarda Nacional Republicana, no dever de defender os habitantes desta cidade, porém, tenho a certeza que terá, sem dúvida, uma resposta forte. É



preciso investir nos meios para melhor servir Albufeira, pois sem investimento, nenhum setor dará frutos e é disso que se tem feito este executivo. Tenho dito." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite, para responder às pessoas que amavelmente fizeram aqui algumas opiniões, tiveram alguns comentários, quero dizer ao senhor Paolo Funassi, relativamente às manifestações que se ouve falar que vão ocorrer dia oito de fevereiro relativamente a uma já tenho comunicação dessa mesma, que é a manifestação da tarde na Praça dos Pescadores. Relativamente à primeira não apareceu comunicação escrita nenhuma. No entanto as manifestações têm de ser coordenadas e a segurança delas é através dos serviços de segurança, e a força de segurança no nosso concelho que é a Guarda Nacional Republicana que tem a competência, capacidade e a obrigação de zelar pela segurança das pessoas e bens da via pública, portanto, isso está devidamente encaminhado, está tudo devidamente organizado. Esperamos que não aconteça nada de especial. Relativamente às questões que falou sobre a insegurança, as casas que são poucas em Albufeira, há dias veio um senhor deputado na Assembleia da República afirmar que Albufeira era um dos municípios mais inseguro do país, isto não é verdade e, não é verdade porque, ele dizia que era mais por via da taxa de criminalidade ser muito alta, mas a taxa de criminalidade da forma como é calculada, reparem que em Albufeira nunca está aqui menos de cem mil pessoas, estão por vezes quatrocentas, quinhentas mil pessoas durante o mês de agosto, julho. E, todas essas pessoas contribuem para aquela criminalidade que vai existindo, seja muita ou pouca, mas todas contribuem para isso. Ora, é uma criminalidade que é retirada de quatrocentas mil pessoas, trezentas mil pessoas, quinhentas mil pessoas, no entanto, para calcular a taxa é dividir esse número por quarenta e quatro mil pessoas, que é a nossa população, isto vai dar uma taxa muito maior, o que não é verdade. Outro aspeto que, não é bem aquilo que se pensa, o crime é calculado de uma forma absoluta e cega, o crime, seja ele, entortar um sinal de trânsito, ou seja ele, no extremo matar uma pessoa, o crime conta na mesma um crime, portanto, estão a ver. Ultimamente, e felizmente, já há uns anos, não tem havido crimes violentos praticamente nenhuns, há aqueles comportamentos menos próprios no verão, aquela juventude misturando álcool com os grupos que vêm do estrangeiro, isso não devia ser assim, é verdade que são todos grupos de menores, ainda no ano passado, foram até um alojamento local ou um hotel ou pensão, não sei exatamente onde foi, mas eram cinco ou seis rapazinhos que eram todos menores. A pessoa teve de os



mandar embora, porque não tinha nenhum responsável, nenhum maior. Nós não podemos cortar a hipótese destas crianças virem para cá, porque são adolescentes, eu não sei se alguns pais que estão aqui deixariam ir os seus filhos com quinze, dezasseis anos para o estrangeiro durante de quatro ou cinco dias, com a garantia de que já vem. Não sei se repararam numa reportagem que deu na televisão, com as pulseiras de várias cores, em que cada pulseira corresponde a um bar, eles já vêm com tudo pago, são duzentos ou trezentos euros com estadia paga e com copos naquele bar, e vem já tudo resolvido, não gastam mais nada cá. Já chamei a atenção do Senhor Secretário de Estado, do que devia acontecer aqui neste caso, além de todas as ações de sensibilização que se faça, para além de toda a força da Guarda Nacional Republicana que possa haver na rua, para além do trabalho que as câmaras de videovigilância vão fazer, fazem muito, podem ter a certeza, fazem muito no aspeto que é a dissuasão, vão dissuadir com certeza o crime, porque basta as pessoas terem algum receio que está lá alguma câmara de filmar, mas também vão com certeza, ser meios de prova quando houver realmente algum crime praticado. E já tem servido, estou em contacto com a GNR, já serviram para muitos meios de prova, portanto, as câmaras de filmar são um meio, uma ferramenta, mas não chega. Isto para dizer que, quando se diz que Albufeira é dos sítios de maior criminalidade, não é verdade, isto não é verdade. Depois fala-se na questão de haver aquela senhora que escreveu o artigo de opinião no Telegraph a dizer que Albufeira era das cidades mais feias, isso é uma opinião, dela, de uma pessoa, e nós vamos atrás desse tipo de afirmações. Claro que não gosto, ninguém com certeza gostará de ver aquilo escrito. Não estou a dizer que a Albufeira é do mais lindo possível, mas com certeza não é do mais feio que existe. Para já não tem aqueles prédios, como ele diz, muito altos, não tem nada disso ou tem muito pouco. Depois, relativamente à questão das casas, é uma verdade que as casas são poucas, não é só em Albufeira, é a nível do país inteiro, e o Litoral, Algarve, Lisboa, mas principalmente o Algarve tem tido nos últimos anos um crescimento de ocorrência de turistas, inclusivamente na época baixa tem aumentado bastante relativamente aos anos anteriores, isto após o COVID, e esse crescimento de turistas, evidentemente, tem como consequência a necessidade de aumento de mão de obra, que não existe a nível do país. O país tem cerca de dez milhões de habitantes do total, se nós retirarmos as crianças que ainda não têm idade de trabalho, se tirarmos os idosos que já não estão em idade de trabalho, se tirarmos as pessoas que estão são doentes, ainda



que possam estar em idade de trabalho, mas são doentes não podem trabalhar, vejam quantas pessoas sobram para poderem ocupar os lugares que estão ao dispor. Tem-se visto a Senhora Secretária-geral da AHRESP, que é a associação de restauração de Portugal dizer que existe uma lacuna, uma falta enorme de mão de obra a nível da restauração, a nível da hotelaria e a nível da agricultura, veja-se o que é que há na parte agrícola, nós aqui é incipiente, mas aqui perto temos zonas que têm muita agricultura e quem é que lá está a trabalhar? São precisamente também imigrantes. Pronto, nós aí temos necessidade deles, assim como nós também já o fizemos, nós portugueses, lembro-me da minha aldeia, imensas pessoas foram para França trabalhar como serventes de pedreiros, enfim, como uma série de coisas, uns ficaram por lá, outros voltaram e felizmente ou infelizmente, vai ser sempre assim, nós temos necessidade deles, temos que é incluí-los, temos de acolhê-los o melhor possível. Evidentemente que tudo isto com algumas lacunas ainda, muitas e quando se prevê a melhoria das questões da habitação, na possibilidade de haver aumento de habitações, é bom que isso venha a acontecer. Relativamente à questão dos livros, quer doar à biblioteca, qualquer pessoa o pode fazer, o senhor Paolo Funassi ou outro cidadão qualquer, pode propor que a biblioteca adquira determinados livros que entende que faria lá falta. O setor da cultura, da parte da biblioteca depois analisa a necessidade da aquisição desses livros e pode adquiri-los, ou não. Para doar tem de fazer uma proposta, num requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, dizendo que pretende doar os livros, faz-se uma avaliação, a doação tem que ser aceite numa reunião de Câmara, o estado não pode receber nada de ninguém, sem ser doado devidamente. O senhor Manuel Merciano falou sobre a questão das casas entregues e atribuídas na Ladeira da Fonte, em Paderne, a senhora vereadora está aqui, portanto ouviu o mesmo que eu ouvi, com certeza que o júri tinha um conjunto de critérios, foram aplicados os critérios devidamente, portanto, penso que aí não haverá problemas. A questão do subaluguer das casas isso tem de ser visto, e analisado para ver o que é que se está a passar. Relativamente aos emails, tenho de ir indagar e, ver o que é que se passou, tenho algumas dúvidas, mas vou ver. A Carla Silvano, falou na questão da urbanização Surfal, ainda hoje mandei para lá a carrinha para fazer a limpeza das ruas, e também fiz uma passagem para o corte de pinheiros, que há sempre essa necessidade de cortar os pinheiros, que tem muitos pinheiros. A dona Zulmira telefona-me muitas vezes, quando está por ali e, rapidamente se ocorre ao local onde ela diz que estão os



problemas, portanto, tem acontecido ir lá, mas está aqui o Senhor Engenheiro Batalha, que é o diretor de toda essa área e registou com certeza a situação e vai ele próprio verificar, e com a ajuda dos serviços resolver este problema. O senhor Nuno Duarte, fez alguns comentários, estão registados, vamos ver o que é possível fazer dentro deste âmbito. Falou na questão das estátuas, não é uma coisa que se compre uma data de estátuas, e ponha-se estátuas com fartura aí pela cidade, naturalmente não será bem assim, tem de ser com algum critério, com alguma ponderação, mas pronto está tido em conta. A dona Joana Mascarenhas, falou na questão da recolha de resíduos, não sei exatamente onde é que é, mas pode haver um sitio ou outro que haverá mais alguma deficiência, a questão dos entulhos, houve realmente aí uma altura em que não havia nenhuma empresa, porque isto tem que ser empresas específicas para a recolha de entulhos, não é a mesma empresa que faz a limpeza, nem recolhe os outros resíduos, a recolha de entulhos é uma recolha especial, específica e agora já temos uma empresa que faz essa escolha e deposita em locais apropriados, no entanto, evidentemente que há uma falta de civismo enorme da parte dos cidadãos de Albufeira, é preciso ver isso, quando nós empurramos sempre tudo para a parte pública tem a obrigação, não estou a dizer que se faz tudo bem, mas existe uma grande falta de civismo, nós vamos por esses caminhos mais escondidos, mais interiores e certamente para-se uma carrinha, olha-se para o lado e, não se vê ninguém, entorna-se e segue-se. Evidentemente que nem sempre é possível ir lá, é preciso ver que, nós temos espalhados pelo concelho alguns ecocentros, que as pessoas podiam facilmente, quem leve uma carrinha que vai depositar no meio do mato, num caminho mais escondido, também podia ir depositar nos ecocentros que estão por aí. Portanto, temos realmente de colocar cartazes, fazer sensibilizações, mas não é fácil. Relativamente à vigilância das escolas, vamos ponderar, a senhora vereadora Cláudia Guedelha, também está aqui, ouviu as questões, vamos ver o que é que se pode passar para em conjunto com os diretores dos agrupamentos escolares, fazer essa mesma vigilância. Relativamente ao Ivo Laranjo, registei as suas preocupações, a questão da orada, questão da rua Miguel Torga, portanto, vamos ter isso em conta." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



André Lima: “Boa noite a todos, no dia em que faz oitenta anos da libertação dos campos de concentração nazi, fico contente por a minha não ser a primeira intervenção acerca deste assunto. Acho curioso é que, tenha sido acerca de alguém que representa um partido, também ele com ligações à extrema-direita. Este é um assunto que me preocupa bastante, como representante eleito e, cima de tudo como albufeirense e é mais enquanto albufeirense, que o queria abordar aqui. Todos sabemos o que é que está previsto, a manifestação está prevista, desta claqué, deste grupo de motivações neonazis, pretende trazer este evento de pirotecnia, racismo e xenofobia, que tem sido amplamente difundido e promovido, inclusive com outdoors e para que não se alegue em momento nenhum desconhecimento, a figura de proa desta excursão neonazi, é Mário Machado que, desde mil novecentos e noventa e sete, passou mais tempo preso do que em liberdade por crimes como racismo, ofensas à integridade corporal, posse de armas ilegais, de informação, sequestro, extorsão e homicídio. Este português de bem, despede-se mais uma vez com esta excursão neonazi, cá em baixo de turismo neonazi porque vai voltar para a prisão para o mês que vem, porque foi novamente condenado, desta vez por discurso de ódio. Portanto, para que não haja equívocos sobre o que vai acontecer e, para que, quem eventualmente queira participar, não vá em engano, isto é uma manifestação neonazi. Qualquer dúvida, uma pesquisa rápida no google, se procurarem por Mário Machado, grupo mil cento e quarenta e três, nas redes sociais associadas estes extremismos facilmente as esclarecem. A questão que eu queria trazer é que como é que chegámos aqui, ou porque é que estamos aqui? O argumento para a existência desta manifestação, supostamente servirá para reclamar da criminalidade, associando-a à imigração, que se origina, o Presidente já falou sobre isso, numa interpretação errada sobre os dados de Albufeira, tendo em conta o relatório anual de Segurança Interna de dois mil e vinte e três, em que o líder parlamentar do Chega, Pedro Pinto regurgitou essa informação de forma totalmente errónea. Não vale a pena voltar, tinha aqui resumidamente, como é que se fazia as contas, o Presidente já explicou bem, isto já aconteceu em relação ao COVID, por exemplo, não é novidade. Não é que não exista um problema de segurança no município, porque há, como Presidente também acabou de se referir a ele, mas o problema não é nem de perto, nem de longe, este a que se referem, nem tão grave como cabeça de lista pelo Algarve do Chega e este grupo de turistas encapuçados que aí vêm, tentam aproar. Se há uma coisa que o relatório de Segurança Interna não permite, de forma



nenhuma estabelecer, é que estes números de criminalidade estejam ligados ao aumento da imigração. O próprio diretor nacional da Polícia Judiciária, um polícia, que estas forças tanto defendem, um polícia, o líder de uma das mais prestigiadas forças de segurança, veio esclarecer recentemente que esta associação não passa de desinformação, notícias falsas e que não tem qualquer suporte na realidade. Albufeira e o Algarve, são conhecidos há décadas por bem acolher e integrar, alentejanos nortenhos, lisboetas das ex-colónias do Brasil, das ex-repúblicas soviéticas, e jugoslavas e por aí fora, pessoas das mais diversas origens escolheram viver para cá, estabeleceram-se, criaram raízes, família e, em muito contribuíram para o desenvolvimento da nossa terra. O meu pai, é um deles, muitos dos deputados desta Assembleia das pessoas aqui presentes, igual. Sempre fomos um exemplo a esse nível, pois essas pessoas que passaram a fazer parte do nosso tecido social, empresarial, cultural e é isto que faz Albufeira e o Algarve, um caldeirão de culturas e de povos que já se vêm a cruzar desde os gregos, fenícios, estonianos, árabes, romanos, todos os que passaram por cá. Mas voltando à manifestação e aos seus objetivos, Albufeira e os albufeirenses não são isto, esta manifestação não é apenas uma manifestação extemporânea nem feita aqui por acaso. É uma tentativa de criar uma ligação causa-efeito na região que tem assistido a um assinalável crescimento da extrema-direita, com objetivos políticos óbvios. Não digo que a integração desta nova vaga migratória não tenha trazido com ela desafios que ainda não foram superados, mas não aceito que, neonazis nos venham dar lições sobre o que temos de fazer, nomeadamente, inventar problemas para encaixarem nas suas soluções radicais, que passam sempre por atentar contra os princípios do humanismo, dos direitos universais e da nossa constituição. Para finalizar, gostava que as restantes bancadas se posicionasse em relação a este assunto. Discordar, faz parte da democracia, odiar, desumanizar, não faz. Numa altura em que se fala tanto sobre identidade do concelho, gostaria de saber se Albufeira pode contar com o Presidente Rolo, para além do que já disse há pouco, que espera que não se passe nada de especial, e se também podemos contar com a AP, MIPA, PSD, com o CDS, eventualmente com o Chega e com o deputado não inscrito, independentemente de terem ou não nascido cá, para defender essa identidade, gostava de saber o vosso posicionamento em relação a este evento específico. " -----

Luna Silva: "Saúdo todos e aproveito para desejar a todos vós um bom ano de dois mil e vinte e cinco, cheio de saúde e prosperidade. No passado dia sete de janeiro, enquanto



decorria o debate parlamentar na Assembleia da República, o deputado do partido Chega doutor Pedro Pinto durante a sua intervenção defendeu que os problemas de segurança em Portugal não são meras sensações, mas sim algo real, citando como exemplo, a cidade de Albufeira, afirmando que era um concelho pacato do nosso Algarve, mas que atualmente tem o maior índice de criminalidade. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística para dois mil e vinte e três, Albufeira era nesse ano, de facto, um concelho com maior taxa de criminalidade, número de crimes por cada mil residentes em Portugal, no caso com uma taxa de oitenta e oito por cento, a categoria de crimes mais comuns no concelho, de acordo com o INE, são crimes contra o património, quarenta e dois ponto cinco por cento, seguidos pelo crime contra a integridade física, nove ponto oito por cento, e de condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a um ponto dois, sete ponto seis por cento. Declarações essas que foram confirmadas pelo polígrafo como verdadeiras. Poucos dias depois e face ao dito, o senhor Presidente da Câmara de Albufeira vem apresentar um comunicado. De acordo com o escrito no Postal de Algarve, o autarca lamentou que o concelho de Albufeira seja referido sistematicamente quando se fala de criminalidade no país. Em comunicado, disse ainda e cito: o autarca considera que há uma clara manipulação dos números revelados pelo Instituto Nacional de Estatística, que resultam do somatório dos crimes registados durante o verão, onde a população aumenta contabilizados apenas por quarenta e quatro mil residentes. Para o Senhor Presidente, não faz sentido que o total de crimes registados, englobando a população flutuante, seja apreciado para cada cem habitantes. Por fim, afirmou ainda o senhor Presidente da Câmara, com base nos números do INE, o deputado Pedro Pinto do partido Chega, referiu os números estatísticos que, a meu ver, estão completamente errados. Pergunto-lhe, Senhor Presidente, se primeiro confirma que estas palavras sejam suas, segundo se existe uma alegada manipulação dos números revelados pelo INE, como Vossa Excelência defende, quais é que são efetivamente os números reais? E não falo em cálculos mentais. Terceiro, por último, Senhor Presidente, tem alguma prova documental para servir de suporte às suas palavras e assim contrariar os números apresentados pelo INE? Disse." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, começava por algo de positivo, que eu acho que temos que desanuviar um pouco o ambiente, queria referenciar aquilo que foi na opinião de muitas pessoas, muitos habitantes, muitos visitantes de Albufeira, a



espetacular festa de fim-de-ano que o executivo brindou os habitantes e os visitantes, na opinião de muita gente das melhores de sempre e, portanto, queria aqui realçar, porque acho que também de coisas positivas esta Assembleia deve viver ou o discutir. Por outro lado, queria também referenciar algo que sou absolutamente insuspeito de vir aqui elogiar, que fui das pessoas que sempre reivindicou o seu funcionamento, refiro-me àquilo que é a videovigilância, que está a funcionar e que tudo indica se trata efetivamente de um sistema de referência controlado pela GNR, com o devido posto de comando e com uma tecnologia que tudo indica, permite realmente identificar e fazer meio de prova de crime, se eles ocorrerem. Por outro lado, dar uma indicação, também porque dei essa indicação ao contrário, aqui há alguns meses, de que me desloquei a uma das zonas teoricamente mais problemáticas, a Avenida Sá Carneiro e constatei in loco, que algumas das situações que antes ocorriam, nomeadamente a presença de alguns meliantes que tentavam fazer sabe-se lá o quê, já não se faz verificar e, portanto, a presença das câmaras dissuadiu essa presença e, portanto, parabenizar o senhor Presidente e o executivo daquilo que é o funcionamento desse sistema. Queria também neste âmbito, ainda no âmbito daquilo que temos falado nas últimas Assembleias, referenciar que tive conhecimento de que o Código de Conduta está também prestes a ser apresentado a esta Assembleia, que já há uma versão do Código de Conduta e portanto, bom andamento também se terá dado a esta questão e que, em conjunto com o sistema de videovigilância me parece a mim que iremos ter um verão mais tranquilo, do ponto de vista de determinados acontecimentos que muitas vezes se verificavam, porque era impossível ter um polícia a cada porta e havendo agora as câmaras isso vai facilitar em muito a atitude e a ação da Guarda Nacional República. E não poderia deixar de referenciar aquilo que é um tema que parece que está devidamente estudado, porque não se pode avaliar uma taxa de criminalidade para quarenta e quatro mil pessoas, isso é absolutamente inverdade, não é preciso ser formado em matemática para saber fazer contas, nós nunca temos aqui quarenta e quatro mil pessoas, nós em qualquer altura do ano temos cem mil pessoas, e temos meio milhão de pessoas em agosto, portanto, isto é absolutamente inverdade, deem a volta que derem, podem embrulhar isto em cor-de-rosa com lacinho azul. A verdade é esta, é que efetivamente nós nunca temos aqui quarenta e quatro mil pessoas e, portanto, isto é um falso tema, querem fazer uma média aritmética, querem pôr duzentas mil pessoas e voltar a fazer o estudo? O resultado vai ser totalmente diferente. Agora quarenta e



quatro mil pessoas? Isto é um estudo que não tem qualquer credibilidade, eu acho que nós, enquanto deputados com a responsabilidade que temos políticas neste concelho, também temos de ser agentes ativos em dizer isto às pessoas. Este estudo é uma inverdade, não é um estudo que está corretamente feito e as pessoas têm de perceber isso. Outra questão que também me apraz aqui manifestar é aquilo que diz respeito ao empolar desta situação e que resulta numa hipotética, porque não há essa comunicação ainda sequer ao município, não sei se há às autoridades, da manifestação da extrema-direita. Como é lógico, a bancada do PSD/CDS não acorda em nada com essa manifestação, acha que isso é absolutamente aberrante e, portanto o que faz votos é que ela nem sequer se venha a desenrolar e a acontecer, porque é uma hipótese, é uma hipótese que nunca venha a acontecer. Portanto, essa é também uma mensagem que eu acho que nós, enquanto deputados e com alguma responsabilidade política, como referenciei há pouco também devemos transmitir nas sedes sociais, falando com as pessoas, porque às vezes as pessoas não percebem daquilo que se trata, e a algumas pessoas falavam-me esta semana, que aquilo é uma manifestação porque estamos com excesso de imigrantes, não é nada disso, aquele é uma manifestação neonazi, como já aqui foi dita, e que não tem absolutamente nada a ver com a com a imigração. É lógico que a bancada do PSD/CDS é favor da imigração devidamente regulada, com instrumentos que permita haver essa regulação, também não se pode escancarar as portas, como nós sabemos, e sabemos também que o modelo que o Partido Socialista usou ao longo dos anos é o modelo que está completamente esgotado e prova disso foi mea-culpa que o Secretário-Geral fez agora esta semana, do Partido Socialista. Sabemos que não resultou, e ainda bem que o Secretário-Geral referenciou que efetivamente não resultou e veio admitir, porque agora parece-me que há um consenso dos partidos com maior número de representantes no Parlamento para se poder discutir a sério esta questão, tenho dito." -----

Presidente da Assembleia: Queria só fazer aqui uma referência. Albufeira não corresponde àquilo que vem indicado nos números da criminalidade. De facto, não se tem em conta o número de pessoas que frequentam a cidade, sendo um número sempre muito superior ao número de residentes. Mais uma vez reforço que Portugal é dos países mais seguros do mundo e, isso tem algum peso relativamente a todos nós, nomeadamente ao concelho de Albufeira." -----



Raul Ferreira: "Quero começar por dizer que não sou albufeirense, mas vivo cá há trinta e cinco anos e, esta foi a terra que escolhi para viver e, na qual me sinto muito bem e muito confortável e onde foi bem recebido. Portanto, neste momento, confesso que já me sinto cansado de ver bater tanto em Albufeira. Efetivamente, acho que é um concelho que tem condições de vida boas para quem vem e, quem pretende viver em Albufeira, claro, não é o lugar perfeito, tem problemas, nomeadamente a nível de habitação, se calhar, muitos salários abaixo do que era desejável, mas isto penso que é um mal geral de todo o país e em toda a Europa existe problemas semelhantes. Efetivamente, penso que, o Município tem estado atento a esses problemas e, tem medidas no sentido até a nível de habitação, de alguma forma, solver este grave problema que nos assola. Outra questão que quero colocar aqui, tem efetivamente a ver com segurança, o Senhor Presidente já explicou, penso está corretíssimo na sua análise que faz, a senhora deputada Luna Silva veio aqui trazer alguns números, efetivamente, até falou que os crimes contra o património é a maior enfase a nível criminal, efetivamente, existem muitos furtos, nomeadamente de malas, de outros objetos de turistas, que nós sabemos que muito deles são participados às autoridades apenas com vista aos seus pertences ofendidos receberem dinheiros das seguradoras, portanto, muito desses crimes que vêm aqui refletidos nos números do INE tem a ver com essa factualidade, com os turistas que pretendem receber dinheiro das seguradoras. Passando um bocadinho ao lado deste tema que, penso que já foi mais que esclarecido, e que é um não tema, eu gostava de dar aqui os parabéns ao Senhor Presidente e ao executivo, pelo facto de realmente há uns tempos para cá ter mudado a postura relativamente à cultura. Temos assistido aqui espetáculos culturais de elevado nível e o realço um que aconteceu no dia doze de janeiro com música de Armando Mota e a direção artística de Daniel Cardoso, efetivamente foi um espetáculo digno de qualquer grande Sala da Europa de se ver, foi fenomenal. Tem aqui um pequeno senão, que já falei uma vez nesta Assembleia, tem a ver com o preço dos bilhetes, penso que dez euros é demasiado. O mesmo espetáculo ocorreu no Teatro das Figuras em Faro e o custo dos bilhetes era metade, cinco euros. Eu penso que para uma maioria da população de Albufeira, que vive com ordenados reduzidos, e famílias de exemplo duas, três pessoas, trinta euros para assistir a espetáculo é elevado. Tem de refletir sobre o assunto e tornar mais acessível a todos, o acesso a este tipo de espetáculo. Outra questão que foi aqui colocada, eu por acaso também ia falar, hoje faz oitenta anos que



Auschwitz acabou, foram libertadas as pessoas que estavam presas, efetivamente a história não deve ser esquecida, devemos refletir sobre a história e, principalmente nos momentos em que vivemos, da atualidade, em que existe falta de humanidade em muitas pessoas e mesmo a nível do Estado, temos assistido a problemas e a situações, que a mim me choca, não gosto de trazer aqui para a Assembleia assuntos que extravasam um pouco no âmbito das nossas atribuições e competências, mas eu penso que a humanização é um assunto transversal a todos nós e que devemos refletir e devemos olhar para o passado, para aprender não cairmos nos mesmos erros no futuro. Eu penso que é o momento certo de humanizarmos as nossas relações, tornarmo-nos mais solidários uns com os outros, efetivamente, esta manifestação que está anunciada em nada abona a favor da humanização das nossas relações, portanto eu, enquanto deputado MIPA estou solidário com aquilo que o meu colega Carlos Lima disse aqui, subscrevo e penso que todos nós devemos refletir sobre isso." -----

Mónica Coimbra: "Finalmente foi inaugurado o sistema de videovigilância que segundo o Senhor Presidente vai garantir melhor segurança e trazer mais tranquilidade ao dia a dia do concelho. A bancada do Albufeira Prometida teve intervenção direta neste assunto, pois, desde o início do mandato que insistimos na segurança do concelho. Como certamente é do conhecimento de todos a Avenida do Ténis está a ser intervencionada e, na nossa opinião, é uma intervenção necessária, importante e urgente. No entanto, Albufeira Prometida alerta o Senhor Presidente, e a sua equipa que, as obras devem ser acauteladas e organizadas de modo a diminuir os transtornos aos moradores dessas zonas. Neste sentido, apelamos que faça uma reavaliação na organização do trânsito, pois com o fecho da estrada desde o pavilhão desportivo do Imortal até ao final da rua, o estacionamento ficou ainda mais limitado. Foi colocado um sinal de proibição na rua Coronel Águas, ao lado do centro de explicações, onde metade da rua ficou destinado ao estacionamento por quatro minutos, apenas para os pais estacionarem e deixarem os seus educandos na escola, este sinal proíbe qualquer morador de estacionar o seu carro nessa zona, ou seja, ficamos com lugares vazios nas horas mortas, fim de semanas e feriados. Senhor Presidente, onde é que os moradores da Rua Coronel Águas e da Avenida do Ténis podem estacionar os seus carros? Albufeira Prometida propõe a colocação da sinalização vertical, já existente, mas no outro lado da rua, em frente aos apartamentos Rainha Leonor e que a paragem seja por períodos de quatro minutos. Outra solução será o encurtamento da vedação



delimitadora da obra no final da Avenida do Ténis e não como se encontra atualmente, com total impedimento trânsito no cruzamento, pois, desta forma, permite a disponibilidade de uma zona de estacionamento durante a execução das obras. Também devido às obras na Avenida do Ténis, foi colocado um telheiro no portão lateral da escola EB1 Albufeira, número um com o objetivo de ter uma entrada e saída dos alunos da escola de forma segura, no entanto, o telheiro não se encontra seguro, aparenta uma estrutura frágil e pouco robusta. É ainda de referir que não adianta colocar um telheiro no portão, quando não se criam condições mínimas para as porteiros executarem as suas funções no seu local de trabalho, por exemplo, em dias de chuva, como aconteceu esta semana e a semana passada, como temos tido nos últimos dias, como é possível garantir a entrada dos alunos em segurança, porque as porteiros não têm condições para permanecer naquele local. Recomendamos ao Senhor Presidente que verifique estas situações o mais rápido possível e que seja encontrada uma solução rápida para estes problemas. Relativamente à intervenção e repto lançado pelo colega André Lima, a bancada do Albufeira Prometida não compactua da realização de manifestações neonazis, nem de qualquer ato que atente contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, gostava de levantar aqui duas ou três questões, digamos mais ligadas à vida do dia a dia das pessoas e não tanto, digamos que às espumas desta comunicação social e de todo o contraditório por e vai correndo. Gostava de levantar duas questões sobre a baixa, o centro de Albufeira. Uma delas tem a ver com o espaço que está ao início da Rua Afonso Terceiro, que em tempos foi um edifício, que foi demolido para, na altura pensava-se uma nova construção e foram encontrados vestígios arqueológicos e que entretanto o buraco a céu aberto lá continua há seis, sete anos, aquilo representa perigo para as moradias envolventes, tanto mais que a Câmara até colocou lá um dístico a dizer perigo de derrocada, a minha pergunta é se já houve uma avaliação arqueológica e patrimonial que sustente, digamos o aproveitamento e a rentabilidade daquele espólio e, se não, se há algum projeto que possa avançar em termos urbanísticos. Eu diria que, se eu morasse daquelas moradias envolventes não dormiria descansado e basta alguém passar por lá para ver a altura dos taludes que lá de sete, oito ou dez metros. E a poucos metros desse talude construções toda a volta. Outra questão ainda da baixa de Albufeira, tem a ver com, a meio da Rua Henrique Calado, ou seja, quando se faz a curva para o Hotel Califórnia



estão três moradias em perfeitas derrocada há mais de vinte ou trinta anos que, de vez em quando são colocados uns tijolos nas portas e janelas e depois são partidos e depois voltam a ser colocados, agora penso que tem umas chapas. A questão é, se a Câmara não pode empenhar-se em dois sentidos, ou a que os proprietários possam reabilitar aquilo ou temporariamente fazer uma fachada, como se vê em muito sítio, digamos que criar uma situação provisória, com alguma pintura, alguma estética e não uma perfeita derrocada no meio do centro da cidade. Relativamente a Paderne, três questões também desta área, uma delas são as antigas escolas primárias, que estão penso eu abandonadas, se não é possível encontrar ali um projeto que aproveite a arquitetura e até a paisagem e todo o domínio eu diria esplendoroso sobre as várzeas de Paderne, tanto mais que desde que saiu de lá a escola profissional não mais aquilo teve, atividade. Aquilo que tem ali um problema que é o acesso, mas pegando aqui numa outra ideia que já tenho aqui levantado, se a Câmara um dia negociasse a casa Menezes, para o tal já velho Museu do Barrocal, velho em papel, seria aí um acesso possível às escolas e um acesso, penso que bem útil. Ainda sobre Paderne, a Câmara possui alguns edifícios em Paderne, um deles exatamente da família Menezes, junto ao posto da GNR, ou que foi da família Menezes que a Câmara comprou e há uns cinco ou seis anos ficou entaipado e até hoje não foi aproveitado para penso eu facilmente fazer ali um projeto de habitação. Tal como, por exemplo, o espaço quer suposto ser para o Museu do Barrocal em frente ao restaurante os Arcos que foi sempre uma moradia e penso que facilmente seria aproveitável para alugar. Ainda na Rua do Norte, ao fundo está um empreendimento que há mais de dez ou quinze anos foi embargado pela Câmara e que hoje está perfeitamente abandonado e tanto quanto sei, a família penso que até estaria disponível para negociar e ali far-se-ia talvez oito ou dez apartamentos. Para terminar, a questão do espaço da antiga Faceal, o Senhor Presidente já disse aqui que está a ser elaborado um plano de pormenor, eu colocava uma questão ou uma sugestão, se não seria possível nos tais quatro, cinco hectares que foram desanexados de rústico para urbano, para na altura a tal escola profissional, se não seria possível ali desenvolver um projeto habitacional e no resto do espaço, não ficaria mal, com certeza, um local de logística e de espaços para arrendar, alugar a jovens empresários." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, vim aqui falar de um problema que já foi falado aqui acerca do lixo, do entulho. Nas zonas mais interiores



da freguesia da Guia, temos esse problema, penso que em todas elas existe, que é durante estes meses que não existia recolha de entulho, quando eu falo em recolha são aqueles depósitos que são colocados nos ecocentros, onde as pessoas podem ir lá e colocam um metro cúbico de entulho, durante estes meses não existia essa recolha, então esse entulho era depositado junto dos contentores do lixo, juntas às vias, junto às estradas secundárias. Eu muitas vezes fiz o pedido à Luságua e eles não têm essa função, como é lógico, não fizeram essa recolha. O que venho perguntar é se agora ao fazer o pedido, neste caso à Câmara, se a empresa que ganhou este concurso faz essa recolha? Porque temos sacos e sacos de entulho por todo o lado." -----

Presidente da Câmara: "Obrigado pelas questões levantadas, pelas sugestões, algumas delas que poderão ser eventualmente consideradas e outras têm de ser refletidas e analisadas. Relativamente à questão do deputado André Lima sobre a questão da manifestação que poderá haver ou não haver, dia oito de fevereiro, evidentemente que sabemos qual é a origem desta manifestação. Não sei exatamente, penso que não se sabe exatamente, quais serão as motivações, porque as motivações que faz com que haja uma manifestação deste tipo, normalmente não são aquelas que vêm nos jornais, existe porventura outras manifestações, por trás da cortina, como se costuma dizer, porque não é por acaso que provavelmente essa manifestação é feita em Albufeira. Conforme disse e bem, o Algarve e Albufeira em particular e, não só por ser uma terra turística, mas o país foi alvejado com diversas ocupações de outros povos, de outras nacionalidades, sempre tivemos a visita de muita gente, inclusivamente agora temos o turismo, há alguns anos para cá que tem sido motivo de haver muitos povos a visitar e a escolher o destino, a maior parte deles para lazer e muitos outros até para trabalhar, fixando-se empresarialmente, que há muitos empresários estrangeiros, é preciso verificar também, lembrar e recordarmo-nos que muitos dos empreendimentos iniciais do turismo algarvio foram desenvolvidos por estrangeiros, temos uma série deles. Aliás, aqui há uns anos foi feito um livro precisamente falando nessas personalidades, que levaram a efeito esse início de desenvolvimento, em termos turísticos do concelho de Albufeira. Isso é uma realidade e, é natural que isso venha a acontecer, como já disse há pouco, nós precisamos de mão de obra, de pessoas para vir trabalhar, e só não vê quem não quer, isto não é uma questão de números, não é uma questão de polígrafo, o polígrafo vale o que vale, não vou agora estar aqui a pensar que o polígrafo é que é, a Bíblia sagrada desta coisa, não vale a pena sorrir, senhora deputada, fica-lhe mal estar



a fazer isso. Não estou aqui preocupado se é verdade, se é mentira, eu tento dizer aquilo que sinto, que é a verdade, evidentemente, haverá coisas que nós se calhar não dizemos tudo, porque também desconhecemos alguns dados, algumas situações. Agora estar aqui sempre a dizer que Albufeira é inseguro, que Albufeira tem muita criminalidade, isto é que é prestar um bom serviço a Albufeira? Não, de maneira nenhuma, pelo contrário, antes pelo contrário, é um serviço péssimo que se está a criar, porque felizmente não é, e a senhora deputado acabou de ler um número, que quarenta e dois por cento dos crimes, lá está os tais crimes, um sinal de trânsito entortado, ou partido, ou um caixote do lixo com a tampa partida, isto é um crime, mas há outros crimes muito piores que estes, aliás, vê-se todos os dias nos jornais e na televisão é preciso ver isso. A grande maioria dos crimes lesa o património e apenas oito ou nove por cento lesa pessoas, são crimes físicos, portanto, não vejo que haja assim grande turbulência em termos de insegurança. A questão do sentimento de insegurança, também é preciso haver um sentimento de segurança, mas também nós temos de transmitir, e a responsabilidade dos deputados da Assembleia Municipal também é essa, têm de transmitir às pessoas de Albufeira, aos cidadãos de Albufeira, a sensibilidade e o sentimento que estamos num local seguro, não vamos eternamente estar aqui dizer que é um concelho inseguro. Eu já disse várias vezes aqui, neste sítio de noutro qualquer, não podemos esconder os problemas, não podemos escamoteá-lo, não, temos é que enfrentá-los de frente, temos de analisar, sentir que os problemas existem no sentido de os evitar. Agora, estar a dizer coisas que não existe, basear no polígrafo, que o polígrafo disse que era verdade o que o senhor deputado da Assembleia disse, eu não sei se é verdade, se não, sei que ele disse aquilo, que eu ouvi, agora o que ele disse é que, não concordo. Eu não estou a dizer que os números estão errados, os números estatísticos não estão errados, com certeza que o INE, forneceu números certos, a forma de cálculo, foi isso que eu disse há bocado, o modelo de cálculo é que não é o mais correto, é altamente injusto. Aliás, eu já tinha falado disso quando foi o COVID, era precisamente a mesma coisa, se vocês reparassem nessa altura, Albufeira muitas vezes era dos que tinha uma taxa de infeção de COVID muito alta, no entanto a situação era a mesma, a base de incidência era cento e cinquenta, não estava cá muito mais gente, mas cerca de cento e cinquenta mil pessoas estariam cá nessa altura, a base de incidência era sobre essas pessoas e depois o cálculo do coeficiente de infeção era sobre as quarenta e quatro mil pessoas. É injusto e está



errado, está errado a forma de cálculo, não estou a dizer que os números estão errados. Portanto, o que é certo é que por trás de toda esta azáfama, este ruído, há aqui quaisquer outras motivações que levam a fazer isto. Relativamente à questão da videovigilância, serve para duas coisas essenciais, serve para dissuadir, e isso é extremamente importante, acho que deve ser o mais importante, dissuadir a questão de haver determinado tipo de turbulência, determinado tipo de comportamentos e servirá como meio de prova, porque as imagens são visionadas pela Guarda Nacional Republicana e, utiliza estes meios para provar determinado tipo de desacato que possa ocorrer. Esperamos realmente que, venhamos a ter um verão tranquilo, sem grandes problemas, apesar da quantidade de gente, alguém referiu há pouco a questão do final do ano, que foi uma coisa enorme de gente, de famílias. Ora, se as famílias sentissem que isto era inseguro não vinham para cá. Mas vieram para cá, de outros pontos do país, do estrangeiro, de muitos outros pontos do país. O senhor deputado Raúl Ferreira falou na questão da habitação, que é um problema transversal ao resto do país, estamos a tentar resolvê-lo, é preciso ver que nós em Albufeira a Câmara paga subsídio de arrendamentos a muitas famílias, não sei exatamente a quantas, mas são bastantes, distribuímos quarenta casas, vamos agora subir mais dezoito habitações que fomos comprando, alguns apartamentos isolados, segunda mão, estamos em vias de lançar concurso para mais sessenta e oito nas Fontainhas, vinte e nove perto do Mercado dos Calços, portanto, isso é uma realidade, não chega, não é suficiente mas minimiza um pouquinho aquilo que é a necessidade de habitação. A questão dos bilhetes, vou verificar essa parte, penso que gratuitos, nem tudo pode ser gratuito e deve ser, porque senão tudo o que é sempre gratuito, há sempre uma desresponsabilização de alguma coisa, portanto, muito caro também não considero que seja o caminho por aí, mas vamos ver. A senhora deputada Mónica folgo em ver que realmente o movimento Albufeira Prometida contribuiu para a videovigilância. Agradeço esse vosso contributo, mas lamento dizer que a videovigilância se iniciou em dois mil e dezanove, portanto, em dois mil e dezanove ainda não estavam cá, portanto, não é bem assim. Evidentemente, se formos perguntar a todos, no voto secreto se queriam a videovigilância, claro que todos queriam, não há aqui ninguém que não quisesse a videovigilância, mas pronto é legítimo esse pensamento. O que já na digo sobre a sinalética na Avenida do Ténis, são sugestões que agradeço que as tenha dado, o senhor diretor de departamento dessa área está aqui, registou as sugestões e agora



vai analisar realmente essa questão da sinalética. A questão do Domingos Coelho, a questão da ruína que está na Rua D. Afonso III, é uma questão que na altura foi embargado e a partir daí, penso que a situação tem estado parada, vou acelerar, ver se tem algum problema e tentar resolver o problema ou até adquirir o espaço, mas o que é certo é que nunca mais houve movimentação de processo. A questão na Henrique Calado, daquelas duas moradias em perigo com um painel na frente, até a Rua Alves Correia acontece precisamente a mesma coisa ali naquela rua que sobe da baixa também tem alguns prédios, algumas casas bastante deterioradas, bastante feias, e pensei há tempos fazer ali um tapume com painéis a tapar aquilo, com umas pinturas. Vou ver o que se consegue fazer. Sobre a questão das antigas escolas de Paderne, têm ocupação, não é uma ocupação muito visível, não é uma ocupação que seja de movimento pessoas, têm numa das salas do lado esquerdo de quem entra pelas escadas, tem a sede da Confraria de Bacchus de Albufeira e no lado direito é um armazém, oficina, digamos assim, da parte arqueológica dos serviços da Câmara Municipal, por isso, não há grande movimento de pessoas, mas têm alguma ocupação. Não quer dizer que esta ocupação não venha um dia destes a ser mudada. No prédio da Rua do Norte, em tempos abordei alguém para aquisição, também não queriam vender na altura, portanto, não sei, pode acontecer que noutra altura possa ser comparado. Relativamente aquelas casas que estão junto ao posto da GNR, são três casas que adquiri há quatro ou cinco anos, precisamente para resolver o problema da queda da derrocada para a via pública, porque as pessoas que eram proprietárias das casas, não o fariam e para evitar esse problema, como eram valores que se aproximavam daquilo que era a avaliação feita, foram adquiridos. Agora está-se a desenvolver um projeto para desenvolver ali, nomeadamente residências criativas, fazer ali uma parte museológica e, eventualmente, na parte superior habitação, logo se vê do projeto o que é que vai sair. Relativamente à questão da Faceal, neste momento está em estudo a hipótese de constituirmos ali um Dino Parque semelhante ao que está na Lourinhã, portanto, neste momento, a parte relacionada com outras ocupações ficará de alguma forma mais deficiente, evidentemente que o objetivo nunca será demolir aquelas casas de habitação que lá estão, de maneira nenhuma, eventualmente, poderá ainda ficar uma parte, o plano de pormenor assim o vai dizer, uma parte para outro efeito sem ser a questão do Parque de dinossauros. Relativamente ao senhor Presidente da Junta da Guia, a questão do entulho, foi como disse, teve umas alturas em que não houve



ninguém para recolher, agora neste momento, acho que já está em andamento, é contactar os serviços da Câmara para fazer essa recolha.” -----

Luna Silva: “Senhor Presidente da Câmara, quero esclarecer inicialmente que a percentagem que me reportei foi com base no INE. O Polígrafo veio apenas confirmar estas percentagens, não é de toda minha intenção, como cidadã, nem com deputada manchar ou colocar uma imagem negra sobre Albufeira, simplesmente cismo com prova documental. O meu foco é unicamente este, os cálculos feitos pelo INE, se não estão corretos, conforme o Senhor Presidente menciona, penso então que é direito dos munícipes de saber efetivamente quais é que são os resultados, porque então teremos de fazer aqui dois cálculos um, quando estão aqui quarenta e quatro mil pessoas residentes, e outros quando temos aqui quase meio milhão. Senhor Presidente contestou, penso que seja do direito dos munícipes que saibam efetivamente quais são os números reais. Por fim, não posso também deixar de vir aqui dar um conselho ao meu colega André Lima, que há pouco apontou umas palavras bastante pesadas e fortes contra o partido Chega, aconselho se calhar a ponderar as palavras escolhidas, não vá mais tarde voltar atrás no que disse, como aconteceu recentemente com o Secretário-Geral do seu partido, Pedro Nuno Santos, que confirmou que houve efetivamente falhas na imigração, disse.” -----

Helena Simões: “Boa noite a todos, começo por desejar um bom ano e pedir desculpas, penitenciar-me pelo meu atraso. Não obstante a bancada do PSD já ter assumido a sua posição quanto à interpelação e, ao pedido de apoio do caro deputado André Lima, eu não poderia deixar de o fazer também, até porque venho de uma família multirracial e não sendo eu também portuguesa nascida em Portugal, não obstante ter nacionalidade portuguesa, obviamente, não tenho tendência nem a ser xenófoba, nem racista nem nazi, nem entender que todos os males que vieram ao mundo vêm com a imigração. Dito isto e em resposta e eu confesso que tentei ficar calada, mas quem não sente, não é filho de boa gente, em resposta aqui à questão se é os números do INE se não é os números do INE, eu recorro que recentemente vivemos uma pandemia. Eu recorro que recentemente, o PSD trouxe aqui uma proposta que a proposta visava que o Governo não olhasse para o concelho de Albufeira apenas e só com os números de residentes efetivos e recorro para quem se tenha esquecido, foi votado por unanimidade aqui nesta Assembleia por todos os deputados, ou seja, vem aqui o Chega dizer que para umas coisas aplica-se o INE, mas esperem que quando foi para o COVID, afinal, até



comungamos da mesma opinião da maioria, que não podemos usar os mesmos números, mas, no entanto, apenas considerar a população efetiva. Dito isto, é assim, eu também já defendi aqui, houve uma altura que o Chega, perseguiu a delinquência no concelho de Albufeira, em que tudo era delinquência, vinha associado aos sem-abrigo, enfim, sempre fazendo aquelas correlações. É normal, estamos no ano de eleições, é normal que quem falou o que falou na Assembleia da República que se posicionou para ser candidato a Albufeira, pronto, vem o populismo, o sensacionalismo e depois pronto, é assim. Tenho dito, porque realmente, lamentavelmente, quem não sente não é filho de boa gente." -----

André Lima: "É só para ficar claro que, não mudo uma vírgula e, felizmente, trouxe escrito, não falei exclusivamente de coração o que me apetecia dizer, senão teria sido ainda mais pesado e, se calhar trazia um ambiente ainda mais pesado para aqui. Sim, são neonazi, sim, são neonazis assumidos e sim, se o Chega está desse lado, está do lado dos neonazis e, não é por ameaçar que depois vou nessas conversas, esse tipo de conversa e discurso e, voltar com essas contas absurdas, quando toda a gente já percebeu a matemática básica pode enganar ou ludibriar algumas pessoas mais desatentas, a vossa base de apoiantes menos escolarizada que, se calhar, não consegue perceber esta matemática básica, mas, obviamente, qualquer pessoa que tenha um Qi mínimo, o mínimo de perceção do que é matemática ou não se vai deixar enganar por isso, por isso não retiro nada e reforço tudo o que disse com o dobro da convicção." ---

Mónica Coimbra: "Senhor Presidente, senti uma certa ironia na sua resposta, no entanto, confessou que a implementação do sistema de vigilância durou cerca de seis anos, não lhe parece uma contradição, o que inicialmente reportou com a realidade? Volto a repetir, a bancada do Albufeira Prometida no decurso deste mandato, tem insistido nesta temática pela segurança das pessoas. Só isto." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à senhora deputada Luna Silva, não queria dar muito seguimento a este tipo de discussões, acho que são discussões que não chegam a lado nenhum, os números, os números do INE tão certos, eu nunca disse que estavam errados, os números, os dados objetivos, os dados absolutos dos inquéritos feitos pelo INE, eu não os ponho em causa, acredito que estejam certos, o modelo de cálculo da taxa de criminalidade é que não concordo, não é justo, é só isso. Os números estão certos, a quantidade de crimes, a classificação dos crimes, olhe por acaso, há aqui um conselho relativamente perto, que não vou dizer qual é, por razões óbvias, e com muito



menos pessoas no concelho e tem uma taxa de criminalidade bastante alta, aí é que é de preocupar. E se, esta taxa de criminalidade de Albufeira fosse num concelho do interior, em que a população é mais ou menos sempre a mesma, sempre igual, era altamente preocupante. Não é o caso da Albufeira, portanto, é só para dizer isso e, de uma vez por todas, não contesto os números da criminalidade, das percentagens contra o património, contra a parte física, não contesto isso, isso acredita que esteja certos, porque não acredito que esteja números errados, a forma de cálculo, o modelo de calculo é está errado, e é injusto. Tal qual, como já foi injusta no COVID, como já disse, foi o mesmo modelo de cálculo, a base é sempre a mesma. Depois, senhora deputada Mónica Félix, sobre a questão da videovigilância, a videovigilância não demorou seis anos, mas lá perto. O despacho do Secretário de Estado a autorizar a colocação das câmaras de videovigilância foi em outubro de dois mil e dezanove. A partir daí, desenvolveu-se um processo moroso, demorou demasiado tempo, foi a concurso duas vezes, a primeira vez ficaram todos excluídos e à segunda vez é que foi apurada a empresa que colocou finalmente as câmaras. A empresa que colocou as câmaras também demorou algum tempo para colocá-las. Entretanto, depois disso, a Guarda Nacional Republicana tem estado a fazer junto com a parte da configuração do software, teve se calhar quase um ano a tratar deste assunto e só agora no passado dia trinta de dezembro é que recebi uma comunicação do Comando da GNR, dizendo que já estava em condições de começar a laborar oficialmente. Portanto, isto para dizer que os tempos demoram e é verdade. Agora, o despacho de autorização do Estado de Estado foi outubro de dois mil e dezanove e a partir daí é que se tem de contar o tempo, são cinco anos, é muito tempo. " -----

Presidente da Assembleia: "Queria fazer um alerta relativamente a um evento sobre a requalificação dos solos. É um tema controverso que tem estado na ordem do dia, e que tem sido discutido pelos vários profissionais na matéria. No próximo dia vinte e nove, no hotel Alísios decorrerá esse colóquio com profissionais ligados a diversas áreas deste tema. É importante que os senhores deputados desta Assembleia, como de todas as outras Assembleias Municipais assistam ao colóquio. De facto os senhores deputados municipais terão uma enorme responsabilidade na aprovação dos documentos que decorrem dessa legislação, e que permitem a passagem de terrenos rústicos a urbanos. Torna-se assim imperioso que os senhores deputados tenham um conhecimento mais profundo e detalhado do assunto em causa e que as suas



deliberações sejam tomadas de forma consciente e informada. Devido à controvérsia gerada, na passada sexta-feira, foi feita uma proposta de alteração da lei, na Assembleia da República, que depois de aprovada irá com certeza baixar à comissão parlamentar respetiva para ser discutida e eventualmente alterada. De qualquer das formas, tudo o que seja informação para os senhores Deputados Municipais, é extremamente relevante, como se disse terão a responsabilidade de transformar solos rústicos em urbanos. Os eleitos locais, estão como sabem, sujeitos a responsabilidade, não só civil como criminal, na eventualidade das deliberações serem tomadas sem os cumprimentos dos requisitos legais." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 18-12-2024; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Carlos Quintino, Inês Mendonça, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Margarida Guilherme e Carla Valério, pelo que não votaram. -----



## PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da JSD, de Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, venho aqui realçar aquilo que é o papel da JSD Albufeira, naquilo que é a vida política do concelho, como têm notado, eles estão frequentemente presentes e acompanham-nos nesta Assembleia, que demonstra que é uma juventude partidária ativa e que se interessa por aquilo que são os temas do nosso concelho. Apresentam-nos aqui este voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Albufeira, mais do que merecidos, no caso pela participação daquilo que foi a ajuda do socorro às vítimas da catástrofe das cheias em Valência, mas poderia ser por qualquer outro motivo e, portanto, saudar aquilo que é a intervenção da JSD Albufeira, na intervenção política do concelho." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do Concelho; --

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----



#### PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da proposta de alteração referente ao **Sistema de Controlo Interno**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

#### PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto no n.º 4 do artigo 72.º A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, referente ao **Procedimento Simplificado de Reclassificação do solo do PDM de Albufeira**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, era só para dizer que, em tempos fiz uma carta sobre esse mesmo PDM, para o município de Albufeira, aliás até foi falado aqui numa das Assembleias Municipais, o Cotovio é uma zona que nem água canalizada tem, não têm quaisquer distribuição de correio temos atualmente nessa zona, é uma zona segundo o que me foi informado, que querem levar para lá etnias ou querem fazer habitação para pôr lá algumas etnias, querem tirá-las de outras freguesias para porem na minha freguesia. Acho que, além de não ser justo para as pessoas de Ferreiras, não sei se será o caso ou não. Portanto, se for esse o caso, estamos a falar de uma zona onde não há água canalizada, não há esgotos, não há transportes públicos, não há distribuição de correio, uma zona que está completamente abandonada já há anos, agora estamos a tentar requalificar o Cotovio, mas outra parte, não a aldeia, mas ao lado, onde não sei se as pessoas que estão lá poderão concordar com isso. Se não se pronunciaram aqui, se calhar não souberam, não se pronunciaram no ato público da Câmara. Da minha parte não concordo, tanto que demonstrei a minha discordância logo, mandei um ofício para a Câmara na altura, depois falei com a senhora vereadora, ficaram de nos enviar para a Junta as infraestruturas que tinham sido faladas aqui numa assembleia, como vocês se lembram, foi falado aqui. Portanto, eu acho que, o PDM se for para os fins que as pessoas dizem, portanto o PDM é para construção, vamos alterar uma parte para construção, mas se for para esses fins não é



muito justo, porque as pessoas quando aceitam nos seus terrenos, algumas pessoas têm que comunicar, tem vinte e quatro ou quarenta e oito horas, que os povos são nómadas, uma vez que se fixam lá não vai ser a Câmara Municipal ou outras entidades, as responsáveis por isso, digo eu. Mas se são, deixem-nos estar nas freguesias onde eles estão, não os transportem para outras freguesias." -----

Luna Silva: "O ponto a deliberar tem como objetivo a reclassificação de solo rústico para solo urbano, da parte do artigo nove da secção BH da freguesia de Ferreiras, propriedade do município, de forma a permitir o enquadramento para a construção de quarenta fogos no âmbito da prossecução do previsto na estratégia local de habitação. Existem algumas dúvidas processuais relativamente a este procedimento, que quero questionar o senhor Presidente. De acordo com o ponto, a reclassificação do solo rústico para solo urbano proposta corresponde a uma área de seis mil duzentos e vinte e dois metros quadrados, parte do artigo nove da secção BH da freguesia das Ferreiras, descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira sobre o número sessenta e três onze, não abrangida pela área de Reserva Agrícola Nacional, nem por zonas de infiltração máxima. Acontece que, de acordo com o anexo quarto, descrição predial e matricial do prédio, podemos verificar que o terreno rústico com número de inscrição e descrição acima identificadas, não se encontra localizado na freguesia de Ferreiras, mas na freguesia de Paderne, ainda a área do terreno não corresponde à área definida na caderneta predial. De acordo com o dito no ponto, o terreno tem uma área de seis mil duzentos e vinte e dois metros quadrados e na caderneta predial, o terreno tem doze mil zero ponto oitenta metros quadrados. O que me leva a questionar se existe algum erro na apresentação da proposta relativamente à freguesia onde se encontra localizado terreno, uma vez que se tirarmos a caderneta predial na AT com o número do artigo matricial nove, secção B na freguesia das Ferreiras, o sistema da AT refere que não existe nenhum imóvel. Ainda, durante a fase de conferência procedimental, onde participaram as entidades competentes em razão de matéria de localização, nomeadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a Agência Portuguesa do Ambiente, Administração da Região Hidrográfica do Algarve, Algar e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana não compareceu nem emitiu parecer, veja-se a ata da conferência procedimental. Sendo o presente procedimento dentro do âmbito do previsto na estratégia local de habitação e não tendo esta entidade própria



apresentado qualquer pronúncia, pergunto ao Senhor Presidente se a falta desta pronúncia não pode ser posteriormente uma irregularidade processual?" -----

Raúl Ferreira: "Relativamente a este ponto, o MIPA considera que estamos no caminho certo e não posso deixar de aplaudir a celeridade com que foi tratado este processo. Efetivamente, a lei mudou em janeiro de dois mil e vinte e quatro e, portanto, temos em janeiro dois mil e vinte e cinco, um ano penso que é um timing bastante razoável, para aquilo que foi tratado e para a importância que tem para o concelho este assunto e esta alteração de um solo rústico para urbano. Eu estou um bocado em choque, senhor Presidente Jorge do Carmo, pelas palavras que usou, nunca pensei ouvir aqui nesta Assembleia, referir-se a pessoas com etnias. No meu entendimento, existem pessoas, existem populações e falar em etnias para mim choca-me bastante esse termo, porque talvez como há pouco falei, sou bastante adepto da humanização e penso que todos nós somos humanos e não devemos ser classificados nem pela cor de pele, nem pela religião, nem por tendências homofóbicas ou, enfim, penso que todos somos pessoas e devemos ser tratados como pessoas. Na outra Assembleia passada fiz aqui uma intervenção em que referi que havia problemas a nível das chefias da Câmara Municipal, que havia falta de capacidade de decisão e eu gosto de tratar as coisas pelos nomes e, neste caso concreto, gostava de alguma forma, aplaudir o trabalho do arquiteto Eduardo Viegas e da sua equipa, porque efetivamente este documento é um documento na minha ideia e na minha análise, bem feito, bem conseguido, apesar aqui de algumas questões meramente formais, que a deputada Luna Silva levantou e eventualmente, poderá ter alguma razão, mas eu penso que, no seu todo este documento é um documento válido e bem conseguido e estamos no caminho certo." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Ora, peço desculpa ao nosso deputado, porque eu disse etnia, ainda por cima um advogado, vou explicar o que é o termo etnia, vim aqui ao google ver, termo etnia: diz respeito a um povo ou nação e tem a sua origem no grego ethnikos, adjetivo de ethos. Mais concretamente, o conceito de etnia diz respeito a um grupo de pessoas com origens, interesses e experiências comuns e entre as quais existem níveis de solidariedade e identificação. Isto é o que está no google, não sei se estou a ler mal, não sou advogado. " -----

Raul Ferreira: "Senhor deputado Jorge do Carmo, agradeço a sua explicação e o seu acesso ao Google. Efetivamente, acho que todos nós, temos o acesso direto ao Google, mas eu gostava de lhe colocar uma questão efetivamente, qual é a sua etnia? Podia-se



também classificar de ponto de vista étnico? Outra questão que eu gostava de referir é que, por vezes, não basta só ler o texto é preciso também interpretá-lo e pô-lo no contexto da nossa sociedade e da nossa vivência, talvez fazendo isso, deixe de utilizar esse termo com tanta facilidade." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "A minha etnia é algarvio de gema, nascido e criado em Albufeira." -----

Domingos Coelho: "Penso que, devemos passar por cima destas questões, diria um pouco demagógicas ir à realidade das coisas. A questão que foi levantada sobre a situação concreta desta propriedade, deste prédio rústico, penso que é importante esclarecer, porque senão podemos estar aqui a votar uma situação que não é perfeitamente legal."

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões levantadas pela deputada Luna Silva, a questão se é de Ferreiras ou de Paderne, enfim, isso tem a ver com a localização e com, na altura a formação da freguesia de Ferreiras, certamente em tempos fez parte da freguesia de Paderne, quando a freguesia de Ferreiras não existia e depois passou a estar na freguesia de Ferreiras. Isso é uma questão que se resolve facilmente. Depois essa questão que tem a ver com o IRU, do Instituto de Habitação e Requalificação Urbana, que não esteve presente na reunião, mas isso conta, segundo dizem com um parecer favorável, portanto, é como quem diz, quem cala consente, ou seja, foi convocado, não veio porque não quis e portanto considera-se parecer favorável. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho, não sei se leu a documentação, isso já foi devidamente filtrado pela própria CCDR e pela própria APA, em tempos. Aliás, a senhora deputada Luna Silva há bocado referiu precisamente isso, é uma questão que está perfeitamente enquadrada nisso e evidentemente, são situações de PDM que estão sempre reguladas pela CCDR, de maneira nenhuma, se está a tomar aqui uma coisa que seja ilegal." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente Doutor José Carlos Rolo justificou aqui a localização com a separação das freguesias, fundamento que até poderia acolher, não fosse eu ter tido o cuidado de ontem, ter tirado uma caderneta predial e, o terreno rústico continua a ser Paderne e não Ferreiras. Não justificou, foi o lapso sobre as áreas do terreno." -----

Raul Ferreira: "Eu gostava de esclarecer o seguinte, eu enquanto deputado MIPA, vou votar a favor desta proposta, não tenho qualquer problema de votar a favor, porque penso que aqui no ponto dois, enquadramento territorial da proposta, se lerem o



relatório vem explicado o porquê desta diferença. Anteriormente fazia parte da freguesia de Paderne e depois passou a fazer parte da freguesia de Ferreiras. O próprio estudo explica efetivamente esta situação, portanto, quanto a mim, não me restam dúvidas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Abstenções: quatro (04) Mónica Coimbra, Luna Silva, Carla Vieira e André Lima. -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Domingos Coelho: "A Bancada do Partido Socialista votou como votou, fazendo fé naquilo que o Senhor Presidente disse e fazendo fé naquilo que as entidades também o disseram e escreveram, porque o que está aqui em causa é habitação, Batemo-nos aqui quase todas as Assembleias por mais habitação e esta ainda por cima é uma habitação pública e, portanto, de índole social, quanto ao resto, diríamos de mais adivinhação do domínio psicológico." -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro e cinco e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

#### **PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2025-2029;** -----

#### **PONTO SETE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2025-2029;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho deu declaração de voto. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----



Luna Silva: "A primeira revisão, alteração modificativa ao Orçamento e ao plano orçamental plurianual dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e nove destina-se a possibilitar a utilização do saldo de gerência, na gerência finda num montante de aproximadamente cinquenta milhões seiscentos mil euros. A inscrição das rubricas das receitas correntes, IMT e compensação, mecanismo direcionado aos municípios pelas receitas cessantes em resultado da aplicação de isenção do IMT, previsto no decreto-lei quarenta e oito, barra dois mil e vinte e quatro de vinte e cinco de julho, inscrição de outras receitas como venda de bens, Estado, participações comunitárias em projetos com fim financiados, reforço da receita do plano de recuperação e resiliência e à inscrição, reforço e definição de verbas de rubricas de despesas que se encontravam insuficientemente dotadas e que se previa vir a dotar com o saldo de gerência anterior. Analisada a tabela da revisão orçamental, apesar do reforço em despesas com o pessoal, em créditos e vencimentos laborais dos trabalhadores, na rubrica da aquisição de bens e serviços, houve um reforço da dotação na alimentação em senhas de refeição, limpeza, higiene e ainda em transportes, na aquisição de bens de capital um aumento considerável em investimentos, como é o caso das escolas com reforço de dois milhões de euros, um reforço pouco positivo nos lares de terceira idade, mas o reforço notório em construções diversas em seis milhões, viadutos, arruamentos, sistemas de drenagem de águas residuais e iluminação pública. Já relativamente à alteração, modificativa às grandes opções de plano, plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes, destina-se no aluguer de viaturas ligeiras e de mercadorias, uma comparticipação financeira destinada à aquisição de um tanque tático urbano à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, requalificação da sinalética pedonal, rotunda do Montechoro, rotunda de Vale da Azinheira, ampliação da rede de águas residuais, ações de índole recreativa na área do desporto, recuperação do projeto de pista de atletismo do estádio municipal, implementação e utilização do sistema de videovigilância no município de Albufeira, no caso das cento e cinco câmaras de videovigilância que já se encontram funcionais e requalificação e ampliação da Escola Básica Integrada em Ferreiras, um investimento avaliado em cinco milhões de euros. Em conclusão, estes pontos que se interligam cingem-se essencialmente na possibilidade de a Câmara Municipal de Albufeira fazer uso do saldo de gerência do ano anterior para, posteriormente, proceder a alterações nas dotações do Orçamento e executar assim os projetos das GOP. Assim, o partido



Chega entende que é manifestamente importante que este saldo de gerência transite para o presente ano de dois mil e vinte e cinco, para assim reforçar projetos que se encontravam insuficientemente dotados e que precisavam de avançar por serem uma mais-valia para o concelho, bem como a execução dos novos projetos e ações, pelo que irá votar a favor da primeira revisão do Orçamento e a favor na primeira alteração modificativo das GOP dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e nove. Tenho dito." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Eu só vinha questionar o Senhor Presidente em relação a algumas obras para a freguesia da Guia, algumas delas já com a rubrica aberta, mas sem reforço da verba. Queria saber qual o ponto da situação destas obras, a primeira aplicação do Jardim de Infância de Vale Rabelho, a segunda é a rotunda junto ao mercado municipal, tendo em conta que o aumento de número de alunos da escola da Guia já passa dos quinhentos, aquela é uma zona bastante problemática, inclusive os semáforos atualmente estão avariados, já comuniquei à Câmara há duas semanas, mas ainda continuam avariados. A requalificação do parque infantil da Quinta do Penedo, parque este que foi roubado há sensivelmente dois ou três anos e até agora ainda não foi recolocado lá o material, nem feito nenhuma requalificação. O projeto da nova sede da Junta de Freguesia da Guia que já falamos várias vezes. O passeio que liga o centro da Guia ao Shopping e também os balneários do campo sintético do Guia Futebol Clube e a pala da bancada do relvado natural. Sei bem que foi feita uma intervenção neste campo, foi a ampliação do campo sintética e desde já agradeço, essa ampliação permite que o e o Guia Futebol Clube, a nível de futebol feminino está atualmente na segunda Liga consiga receber jogos desse campeonato, ainda no início do mês passado recebemos o Boavista, um gigante do futebol feminino, que já foi onze vezes campeão nacional, e ganhamos por nove a zero. Eles são os gigantes, mas nós somos maiores ainda. É isso, saber qual o ponto da situação destas obras." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia da bancada do PSD/CDS não queria deixar de realçar que, efetivamente os orçamentos e as grandes opções do plano são opções políticas e, no entanto vê com agrado aquilo que é a dotação de verba no âmbito da recuperação de uma série de arruamentos, estradas e arruamentos, em todas as freguesias do concelho e, portanto, isto porque as nossas estradas realmente sofreram uma grande intervenção de há uns anos para cá, mas o trânsito no nosso concelho é cada vez maior e, portanto, requer realmente que haja esse cuidado por



parte o do município e vemos que de facto vão acontecer uma série de reparações de pavimento e requalificações, desde o caminho da doca até à estrada e os passeios ali no purgatório, junto ao Monte dos Elóis, na Rua da Eira, no Montechoro, o caminho da Baleeira que precisa bastante, etc. Por outro lado, queremos também realçar aquilo que é a sensibilidade do executivo, na aquisição do carro tático urbano para a Associação dos Bombeiros Voluntários e que aqui vem inscrito, e também no âmbito do Ordenamento do Território, a requalificação de alguma sinalética pedonal que sofre um desgaste continuo e que realmente precisa, e da rotunda do Montechoro e da rotunda do Vale da Azinheira. A questão dos números está de forma expressa, objetiva e realmente pode-se tentar dar aqui a volta que se quiser, mas o que é certo é que são opções políticas, e a bancada do PSD/CDS parabeniza o executivo por aquelas opções que tem tomado até agora e, naturalmente, vai votar a favor e dar um voto de confiança nesse sentido." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Desde já agradecer ao Senhor Presidente, tivemos reunidos a falar nos armazéns que vão ser feitos em Ferreiras, mas eu depois estive a ver no orçamento, não tinha reparado, que estão lá só cinquenta mil euros cabimentados, não sei se dá para começar a obra, se não, mas, enfim, terá de haver uma revisão depois. Mas já está em andamento o projeto, já é bastante bom, espero que não fique só no papel, faz bastante falta à freguesia. E era lembrar que há um projeto na Câmara, já há vários anos, que é a requalificação dos balneários do Futebol Clube de Ferreiras e continua ainda por fazer, também não consegui ver aqui neste plano essa mesma obra." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao deputado Domingos Coelho, sobre a questão do saldo que transita, já expliquei, uma das razões por que existe um maior saldo, no meu modo de ver é melhor haver saldo que transita, do que não haver nada, portanto, mas ainda assim algum saldo daquele que transita que já estão devidamente comprometidos os valores que estão ali, não estão livres de usar aqueles valores para um efeito que se possa pretender na altura, no entanto, há muito saldo que transita de ano para ano, que se deve ao facto de as empreitadas não surtirem efeitos num determinado ano. Há pouco a senhora deputada Luna Silva, falou na questão da inexistência de verbas na questão dos lares da terceira idade, não sei se sabe, deve saber com certeza, aliás, estive lá no lançamento da primeira pedra, está em andamento uma empreitada de um lar nas Fontainhas, uma obra de sete milhões, oito



milhões de euros, portanto, essa está lá, e já foi a concurso, uma ou duas vezes e ficou deserto, lá está, se essa segunda empreitada, segundo concurso tivesse produzido efeitos, com certeza que esse saldo não transitava, já estava realizada à obra. Às vezes, o saldo transita, algumas das razões é precisamente porque as empreitadas não andam da forma como nós queremos. Mas isso é a conjuntura, começa logo por não haver projetistas para fazer projetos, porque há muita gente a fazer projetos no país, é uma dificuldade enorme, quer arquitetura, quer as especialidades. Passa depois para a questão do concurso da empreitada, concurso de execução da obra, é um drama arranjar um empreiteiro, e agora este empreiteiro que está a construir o lar da terceira idade nas Fontainhas, esse empreiteiro foi o único concorrente. E a Unidade de Cuidados Continuados da Guia, foi precisamente a mesma coisa, também está execução, uma obra também de cerca de três milhões e tal, quatro milhões e está já em boa execução, bom andamento, boa fase de avanço. Portanto, os saldos muitas vezes não são tão lineares como se possa fazer crer, quando olhamos para o saldo de uma conta de gerência de um ano económico para o outro, olhamos para os cinquenta milhões de euros, mas não temos cinquenta milhões de euros livres para fazer projetos novos, não, de maneira nenhuma. E sobre a questão da habitação, eu já disse várias vezes, que o município de Albufeira apoia muita habitação, subsídio de arrendamento é um apoio à habitação, as quarenta casas de Paderne foi um apoio à habitação, as dezoito casas que estão em concurso são um apoio à habitação, os terrenos que têm sido comprados rústicos, com o objetivo de os transformar em urbanos, utilizando este decreto-lei que saiu, ou pela própria revisão do PDM, para ser possível construir, o município de Albufeira neste momento não tem um único terreno que seja possível construir, só tem um em Paderne que era da Caixa Agrícola, de resto não tem mais nada. O único que tinha era o das Fontainhas, ali nos Caliços, que os projetos estão praticamente acabados e só estamos à espera, ainda hoje falei com o Presidente da CCDR, que ele decida sobre a questão do empréstimo. Se aquilo é através do PRR, ou através do empréstimo do IHRU ou do Banco Europeu de Investimento, portanto, e quando isso acontecer, evidentemente que os projetos estão preparados, já foi feita a revisão do projeto, é só lançar na plataforma a concurso e a coisa avança. É preciso é ter cabimentado, só é cabimentado quando houver possibilidade de financiamento, porque neste momento, a obra das Fontainhas, a empreitada vai ter de ser posta a concurso à volta de doze milhões de euros. É preciso ver que, os preços todos



aumentaram enormemente, com várias razões que contribuíram para esse aumento, a questão da guerra na Ucrânia, fez aumentar muito os materiais, a questão da inflação que decorreu durante alguns anos, as taxas de juro e independentemente destas coisas todas terminarem, ninguém pense que agora os valores voltam a ser como antes. Os valores vão-se manter e nós vamos ter obras que há uns anos custavam quatro milhões e agora custam oito ou nove milhões. Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento, sobre a questão das obras da Guia, portanto, a rotunda da Guia está o projeto praticamente acabado, para lançar concurso, a questão das instalações da sede é aquilo que falámos, temos de rever a questão do projeto ou terminar o contrato com o anterior projetista, vou ver essa situação. A questão do Vale Rabelho, como sabe, há uns anos, comprei lá um terreno anexo, precisamente para possibilitar a ampliação do Jardim de Infância, há uns quatro ou cinco anos e o projeto acho que está terminado, também deu alguns problemas, o projetista demorou imenso tempo, mas está praticamente feita, estamos depois à espera de haver verba suficiente para fazer o cabimento e lançar-se o concurso público. Assim como o Jardim de Infância da Correeira e a escola do primeiro ciclo de Ferreiras, também está mais ou menos nas mesmas circunstâncias, e além de que existem possibilidade de haver candidatura estes três equipamentos escolares, ao Algarve vinte-trinta. Não do PRR, que isso já começa a ser passado. Os balneários, vamos ver a situação para que eles possam ser ampliados, para ver se dá também mais contributo, o mesmo se passa em Ferreiras, o de Ferreiras está precisamente para ser lançado na plataforma. Já é a terceira vez que vai a concurso e tem ficado deserto, já vamos para a terceira, já podia estar feito há muito tempo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO SEIS:** -----

Votos contra: sete (07) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Sílvia Dias, Carla Vieira e André o Lima. -----

Abstenções: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Carla Valério. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso,



Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

**VOTAÇÃO PONTO SETE:** -----

Votos contra: sete (07) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Sílvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstenções: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Carla Valério. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Monica Coimbra lê declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

#### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura "+ Qualificação dos Profissionais da Câmara Municipal de Albufeira"**, no âmbito do aviso n.º ALGARVE - 2024-24 - Formação da Administração Pública Regional e Local, pelo valor de 299.652€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



## PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao **Concurso Público para Fornecimento Contínuo de Material de Rega**, até ao limite de 270.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Não é propriamente acerca do material, mas da remodelação que está a ser feita ao longo do eixo central ou na parte central do eixo viário e julgo que, digamos que adequadamente, mas minha pergunta é se a rega que está a ser implementada é uma rega com água tratada ou se é com água da rede?" -----

Presidente da Câmara: "Respondendo à pergunta, não é água tratada ainda, mas está em desenvolvimento um projeto para utilização da água da Etar de Vale Faro." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do **Concurso Público para prestação de serviços de desmatção de terrenos e desramagem de estradas e caminhos do concelho de Albufeira**, pelo valor base de 339.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----  
Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Só queria realçar, ainda hoje falamos com o Senhor Presidente sobre isso, porque a Câmara tem um entendimento, nós no contrato interadministrativo temos as zonas verdes, mas no caso de Ferreiras, temos a Bucelato, que tem lá um jardim e tem lá relva. O entendimento da Câmara é que, as árvores estão no passeio, e estão considerados em zonas verdes. Agora uma vez que estamos a abrir um concurso onde estamos a tirar ramos, também podíamos meter poda de árvores, não sei se estará incluído, se não fazia essa sugestão, porque como falei com o Senhor Presidente hoje sobre isso, só a Avenida das Ferreiras tem quatrocentas e poucas árvores, que vai desde as Fontainhas, portanto, é a Avenida doze de julho e, depois tem a Avenida vinte e cinco de abril e a Avenida da Malhada Velha que é tudo seguido. Portanto, são uma série de árvores, já para não falar também, na estrada da Mosqueira, que também tem de um lado e de outro uma série de árvores e, acho que uma árvore dentro de um passeio não pode ser considerada zona verde. E, estão a mandar cartas para as pessoas, já alertei, aliás já não é a primeira vez que alerto aqui nesta Assembleia, isso tem acontecido constantemente e hoje por acaso estive a falar com o Senhor Presidente sobre isso e, eu acho que, em princípio, devia de haver um concurso, ou este concurso como tem desramagem se também pode incluir neste caso, as podas ou desramagem nestes espaços." -----  
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
Votos contra: zero (00) -----  
Abstenções: zero (00) -----  
Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo MIPA, sobre a habitação; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Claro que a bancada do Partido Socialista vai votar a favor da moção, mas já agora, se o Senhor Presidente pode informar-nos, qual é o valor que esta proposta pode representar para a Câmara e, por outro lado, já agora penso que se estamos a falar aqui de uma receita que normalmente é difícil de calcular, porque é muito volátil e muito digamos que, variável, por acaso sugeriria que, por exemplo, o executivo se compromettesse a investir entre os cinco e os dez por cento do IMT em habitação, tendo em conta que essa receita vem exatamente da transação imobiliária, portanto, tinha todo o sentido que uma parte fosse investido exatamente na habitação." -----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente, eu queria ouvir o proponente." -----

Raul Ferreira: "Desde já fico contente por existir pessoas que ainda gostam de me ouvir e, pretendem me ouvir, agradeço ao senhor deputado. Efetivamente, a proposta explica a nossa posição, mas eu gostava de começar por dizer, que o MIPA entende, mais do que fazer aqui oposição e, muitas das vezes dizer mal, acho que devemos todos ter aqui uma posição pró-ativa e apresentar aquilo que nós entendemos por conveniente, no sentido de arranjar soluções para o problema do concelho. Efetivamente que, já foi aqui dito e penso que, no final de mandato, a Câmara Municipal vai ter um custo aproximado de oito milhões ou dez milhões com a questão da habitação e de construção, mas eu penso que, por uma questão de moralidade, todas estas taxas que advêm destas compensações, até para quem as paga compreender o destino do dinheiro que efetivamente gastam com os processos de licenciamento, penso que faz todo o sentido que sejam aplicadas diretamente no problema que existe no concelho, que é o problema da habitação. É um problema já identificado há muito tempo, eu estava aqui a ver a estratégia local de habitação que foi aprovada em dois mil e vinte e um, identificava duzentos e catorze agregados que vivem em condições de habitação degradadas, portanto, isto em dois mil e vinte e um, eu calculo que, nesta altura o número seja muito superior aos duzentos e catorze agregados familiares nestas condições, portanto, acho que faz todo o sentido em que canalizarmos todas as receitas existentes na solução deste problema. E do ponto de vista legal, como já foi aqui referido, sou advogado, não me posso deixar de falar nesse ponto de vista, eu



penso que o legislador quando faz esta possibilidade de compensação, pensa neste sentido que tem de ser construído habitação naquelas áreas que vão ser edificadas, ora não havendo essa edificação, objetivamente esse dinheiro tem de ser aplicado no objeto que deveria, à priori, ter sido aplicado, na construção ou na aquisição de terrenos para habitação. Portanto, penso que a nossa moção faz sentido e de alguma forma, poderá minorar o problema da falta de existência de habitação a preços razoáveis para os nossos habitantes.” -----

Presidente da Câmara: “Na realidade, essas verbas que se recebem do pagamento dos promotores de empreendimentos habitacionais ou turísticos, seja aquilo que for, porque há uma obrigação por lei de haver cedência ao município para alguns efeitos, e às vezes os promotores pedem ou requerem não ceder e pagar em vez disso, que isso também é permitido por lei. E essas verbas na moção está dito que deveriam ser destinadas à habitação, acontece que o dinheiro que é recebido por aí e, não é assim tanto quanto tudo isso, é preciso ver a área que é, é preciso ver a característica que tem, tem de fazer uma avaliação para ver, os valores não são tantos quanto possam pensar. E o que iria dizer não deve estar muito longe da realidade, que as habitações compradas pelo município aqui nestes três ou quatro anos, os apartamentos comprados, estes dezoito que estão agora em concurso provavelmente ultrapassam em muito aquilo que são as verbas recebidas dos promotores, portanto, é uma realidade que há algum dinheiro, agora esse dinheiro não vem por aí além. O que há muitas vezes e, no PUCA, isso é previsto, é num determinado loteamento haver uma determinada percentagem desse loteamento que é distrito às vezes vinte por cento ou dez por cento a habitação a preços controlados, mas é o próprio particular que se obriga a fazer dessa forma, isso aí sim, aí é que acho que é um ganho, que a acontecer por acaso ainda não aconteceu nenhum, temos ali o caso do loteamento, salvo erro que é do Montechoro, ali ao cimo da pista, que é um deles. Temos outros, no outro lado da estrada, há aí alguns que estão nesse sentido, e quando eles forem realizados esses empreendimentos, há uma parte daquela construção que vai ser habitação a rendas acessíveis ou custos controlados ou coisa parecida, portanto, aí sim é uma vantagem linear e direta, relativamente à outra parte de pagamento por não cedência, evidentemente que é um dinheiro que se recebe, que em princípio não se receberia, naturalmente esse dinheiro tem que ser usado numa coisa qualquer, agora, evidentemente, tudo aquilo que for possível e necessário, uma vez que os terrenos, a Câmara neste momento, já tem



terrenos com capacidade, quando a deputada Mónica diz que, não há terrenos, temos comprado imensos terrenos, é só uma questão de fazer uma listagem, destes, quatro, cinco ou seis anos para precisamente possibilitar a construção no futuro, como já disse há pouco, passar de rústico para urbano para poder construir habitação. Sendo a Câmara a construir ou sendo um particular, através do sistema cooperativo, porque não? O sistema cooperativo, acho que é um sistema de construção de habitação muito interessante, ultimamente não se tem falado muito nisso, mas há uns anos falava-se muito nas cooperativas de habitação, e isso acho que era uma forma, porque o município para construir tem de ter as verbas suficientes para construir, e isso não é assim tão linear, com os PRR, os vinte trintas, isso está tudo prestes a acabar e não há financiamentos. E quando houver o final destes programas de financiamento, não sei onde é que vai haver mais programas de financiamento da União Europeia, provavelmente já não virá mais grande coisa, aliás, eles têm vindo a decrescer e agora só esta lufada de ar fresco do PRR, porque houve a pandemia, se não houvesse a pandemia também não havia este PRR." -----

Helena Simões: "Caro deputado, por muito que eu perceba o espírito e a intenção que está por trás da moção eu não poderia deixar de ressaltar aqui duas ou três questões que me preocupam. Primeiro, não temos a mínima noção do impacto, porque não sabemos ao longo deste mandato, quais foram os valores que entraram na autarquia como compensação pelas não compensações monetárias pela não cedência dos ditos espaços. Segunda questão, essas ditas cedências que são substituídas por compensações monetárias, são equipamentos, espaços verdes de utilização coletiva, infraestruturas várias equipamentos que devem, porém, enfim, ou seja, não são habitações per se, e eu tenho algum receio se nos focarmos apenas e só na habitação, que percamos o foco que não basta termos uma casa, temos que ter infraestruturas, espaços verdes e equipamentos que sirvam também as comunidades, as populações e se substituirmos esse valor, que não é cedido e que é em substituição esses equipamentos ou esse espaço não é cedido para esses equipamentos e depois apenas e só utilizamos e que recanalizamos esse valor apenas para habitação eu direi então, se calhar fazer um rateio, uma parte ser para os ditos equipamentos que cujo terreno não foi cedido e a outra parte, eventualmente para habitação. Dou o enfoque novamente, não faço a mínima ideia qual é o impacto da medida, dou enfoque também que acho que constranger e condicionar usando a verba exclusivamente para o efeito de habitação,



perde-se o foco da questão saudável de termos espaços verdes cá fora. E pergunto também, se estamos a dez meses do fim do mandato, será eventualmente uma medida cujo efeito prático será residual, senão diminuto.” -----

Carlos Quintino: “Bom, congratulo-me por ter ouvido o Senhor Presidente dizer que, efetivamente, a verba que é aplicada neste tipo de investimentos já é superior àquilo que seria o uso exclusivo dessa verba, portanto, isso de certa forma, dá-nos aqui alguma tranquilidade, no entanto isso não tira o mérito da moção do MIPA. Nesse sentido, eu queria efetivamente dizer que a bancada do PSD/CDS concorda com aquilo que é a essência da moção, no entanto, vê com alguma cautela, esta questão do ponto três, no final da moção, onde refere, deverão as verbas ser aplicadas exclusivamente. E isto vai de encontro com a intervenção da deputada Helena, porque eu acho que se este “exclusivamente” daqui fosse retirado, não nos levantava absolutamente dúvidas nenhuma, e deixo esse desafio aos proponentes.” -----

Raul Ferreira: “A senhora deputada Helena referiu aqui uma situação que estávamos só perante compensação por áreas públicas de equipamentos, mas não é o que diz a lei, e eu refiro o artigo penso que, é o quarenta e quatro, decreto quinhentos e cinquenta e cinco de noventa e nove, em que as áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva e infraestruturas viárias e equipamentos, e devem também nos respetivos processos prever ainda a cedência de áreas destinadas à construção de habitação pública de custos controlados, ou para arrendamento acessível. Portanto, a própria lei e até na portaria setenta e dois refere que, não é só para cedências de utilização coletiva e para espaços verdes, portanto, é também para habitação pública a custos controlados. E nós entendemos que, face ao espírito da lei, faz todo o sentido aplicar diretamente essas verbas na construção e na compra de habitação para estes fins. Eu lançava aqui também um desafio, ao Senhor Presidente, que faça o inventário das existências, das cedências que não estão a ser utilizadas pela Câmara Municipal, que eu penso que serão bastante e digo isto com algum à vontade que deriva da minha atividade profissional, em que vejo que muitas das cedências, muitas das vezes não têm qualquer tipo de utilização e talvez possamos dar uma utilização digna e essas áreas e até por exemplo, para instalações coletivas de associações, de igrejas e de outras situações, de clubes que necessitam de instalações e muitas das vezes não têm terrenos a custos acessíveis para fazerem as suas sedes. Portanto, eu penso que, faz todo o sentido, também me preocupa aqui, de certa forma, não saberem o volume do



seguimento das compensações, penso que a Câmara tem uma contabilidade organizada, nós aqui votamos orçamentos e facilmente conseguimos verificar o impacto desta medida, basta recorremos aos números do orçamento. Confesso que não sou especialista em orçamentos, contabilidade não é a minha área, é mais o direito e penso que qualquer pessoa com alguma formação nessa área consegue definir com realidade, os volumes que estamos a falar.” -----

Presidente da Câmara: “Queria dizer que essas questões, realmente são verbas e analisando tudo aquilo que é o histórico, são verbas que são muito expressivas, com certeza. Na próxima Assembleia penso que, já estará em possibilidade de trazer aqui nos últimos três anos, ou nos últimos quatro, por exemplo, qual foi o valor recebido nestas circunstâncias. É um valor provavelmente irrisório. É preciso notar que, sendo as cedências obrigatórias perante a lei, evidentemente que há cedências que o município não vai aceitar trocar por dinheiro. Porquê? Se houver uma zona onde falta uma creche, onde falta um jardim de infância, onde falte uma escola, evidentemente que isso terá de ficar para o equipamento, que é o que faz lá falta depois. Portanto, logo esse já não vai para habitação. Aquilo que perguntou sobre terrenos que estão aí, de cedências ao longo destes anos, existem bastantes, existem muitos, alguns são cantinhos que não têm valor praticamente nenhum, tem muito pouco, alguns só serve até de depósito de resíduos e de lixos, nas urbanizações meia abandonadas, não é fácil, ter cem metros quadrados aqui, trezentos além, duzentos noutro lado, mas com isto tudo é preciso que o promotor queira transformar aquele terreno que é para ceder em dinheiro, porque se não quiser nada feito, penso que não há forma de o obrigar. Portanto, isto aqui é como digo, uma coisa que acho que não tem perigo o que está aqui escrito, de maneira absolutamente nenhuma, como digo, dos últimos quatro anos vou trazer aqui qual foi o valor que o município recebeu relativamente a esta questão, a esta substituição da cedência obrigatória por dinheiro.” -----

Carlos Quintino: “É porque o repto que lançamos da retirada da palavra exclusivamente não foi respondido Senhor Presidente, só para esclarecer.” -----

Raúl Ferreira: “Após conferenciar com os meus colegas de bancada, vamos retirar a palavra “exclusivamente”, se é isso que, de alguma forma, incomoda os senhores deputados, não vemos qualquer problema em fazê-lo.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a Moção alterada, sem a palavra “exclusivamente” no último ponto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 27 de janeiro de 2025 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_



## Partido Socialista

Declaração da bancada do PS relativamente aos pontos 6 e 7 da Ordem do Dia.

No fundamental estes pontos resumem-se à aprovação da transição do saldo orçamental de 2024 para 2025. No entanto, vale a pena um olhar sobre os quatro orçamentos apresentados pelo executivo camarário. Assim, dois traços de ordem financeira sobressaem: 1) elevada recolha fiscal assente sobretudo no IMT que nos últimos quatro anos rondou os 130 milhões de euros; 2) elevados saldos orçamentais a rondar uma média de 50 milhões por ano. Estes apreciáveis saldos devem-se a um substancial aumento das transações imobiliárias (IMT) e também a uma incapacidade no investimento de que é prova a baixíssima execução orçamental na despesa de capital que se tem situado à volta dos 25%. Ainda na última informação de 29/11/2024 apontava-se para uma execução da despesa de capital a 32%.

Prova ainda, são os contínuos adiamentos das seguintes obras: Ruas do MFA, António Aleixo e Fernando Pessoa, Av Sá Carneiro, Museu do Barrocal, no espaço da antiga Matriz de Albufeira, que já terá perdido um milhão de fundos europeus, e na fraca execução do Plano de Drenagem da baixa de Albufeira.

Na presente revisão de realçar o reforço na rubrica Aquisição de bens e serviços que aos 44 milhões acrescentam-se mais 23, praticamente mais 50%. De realçar ainda a rubrica Compra de Água que passa de 1,2 para 4 milhões, o que prova a desorçamentação anteriormente efetuada. Assim, a Câmara compra água por 5,2 milhões e vende por 11 milhões.

Para a bancada do PS a grande lacuna nesta revisão orçamental deve-se à quase ausência no reforço da rubrica Habitação, tendo em conta que a verba anteriormente contemplada já era bastante reduzida. A fraca aposta no investimento em Habitação pública tem sido uma constante nos orçamentos deste executivo e ao baixo valor orçamentado acresce uma execução baixíssima. Exemplo, a 29/11/2024 a rubrica Habitação registava uma execução de 600 mil euros o que representava 20% do orçamentado.

Uma referência final ao facto do executivo, no âmbito desta revisão orçamental, não ter encetado um diálogo com os diversos grupos políticos que compõem esta Assembleia, conforme foi prometido há precisamente três anos. Sabemos, que no entretanto muita coisa mudou na correlação de forças nesta Assembleia.

Albufeira, 27 de Janeiro de 2025

José Mendonça  
Silvado Dias.  
  
  
  




**DECLARAÇÃO DE VOTO – Pontos 6 e 7**  
**1.ª Revisão Orçamento 2025**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Janeiro de 2025, o Executivo solicita aprovação da Assembleia Municipal da 1.ª revisão orçamental do ano 2025, o que demonstra bem o que temos vindo a afirmar no actual mandato: suborçamentação crónica, estrutura fixa de custos muito pesada, o que consideramos incompatível com as mais básicas regras de gestão e de planeamento.

Quando elaboramos um orçamento temos de considerar, em primeiro lugar, os compromissos já assumidos para esse ano e para anos futuros, e só depois considerar novas despesas/investimentos.

Isso não acontece neste Município, pois é do conhecimento de todos que, se considerarmos as despesas já assumidas, não restam verbas para os novos projectos e principalmente para investimentos.

Verificamos, à semelhança dos anos anteriores, que 2/3 da verba do saldo para gerência seguinte é para despesas correntes e apenas 1/3 para despesas de capital.

Um exemplo concreto desta realidade, é o reforço de mais de 12 milhões de euros para despesas com o pessoal, quando esse valor já devia estar garantido no orçamento inicial, uma vez que, já existem contratos com recursos humanos, ou abertura de novos concursos, que deviam estar salvaguardados e previstos no orçamento.

O mesmo acontece com a contratação de serviços de higiene urbana, saneamento e abastecimento de água para consumo humano cujos projectos são agora reforçados em mais de 15 milhões de euros e também deviam estar previstos no orçamento, uma vez que estamos a falar de serviços básicos e fixos.

Por outro lado, o saldo da gerência que transita para o ano de 2025 serve, em primeiro lugar para pagar as dívidas do ano anterior e o remanescente para outros projectos ou ações.

Não constatamos neste ponto que isso aconteça.

Por outro lado, não compreendemos como é que o Município de Albufeira espera obter receitas de cerca de 140 milhões de euros este ano, quando em 2024 a receita arrecadada foi de cerca de 100 milhões de euros e o IMT tem vindo a baixar consistentemente. Tal como não compreendemos, o facto de terem definido muitas obras deste mandato para o ano de 2025, onde está previsto efectuarmos muitos pagamentos e ter liquidez de curto prazo muito elevada para honrar os compromissos.

Nesta revisão, também são retiradas verbas às prometidas obras, que consideramos primordiais e de extrema necessidade, ao centro de saúde foram retirados 1,5 milhões de euros (projeto 2021/86), e 1,1 milhões na ampliação de creches (2024/99 e 2024/100), sendo que, por outro lado foram reforçadas as rubricas das “festas e festinhas” – “Projeto 2025/5144 – Ações de índole recreativa e promocional para o Município de Albufeira” em cerca de 2,3 milhões de euros, demonstrando bem as prioridades deste executivo, “Haja festa para tapar os olhos ao povo”.

Para o ano 2026 teremos Albufeira como Capital Europeia do Desporto, o qual foi dito pelo Sr. Vice-Presidente que não seriam despendidas grandes verbas, pois já temos as infraestruturas necessárias para a realização dos eventos.

Mas que na verdade, já temos a divulgação da construção do CADA, do pavilhão desportivo das Ferreiras e outras remodelações e reparações que terão um peso significativo na despesa municipal.

No orçamento, nem nesta revisão não estão definidas estratégias para aquisição dos terrenos destinados à construção de habitações sociais, nem de uma zona industrial onde as nossas empresas possam instalar-se e expandirem-se, nem do tão falado parque de feiras e exposições que poderiam atrair empresas e eventos para a época baixa, nem de um novo parque verde e de recreio, que poderiam dinamizar e diversificar a economia local com atracção de investimentos nas mais diversas áreas.

As constantes alterações ao documento mais importante do Município, onde constam as suas pretensões e desígnios, bem como a sua execução, demonstram falta de planeamento e de uma linha orientadora que já levou noutros tempos, este Município a situações financeiras muito complicadas e a intervenção de entidades externas.

A Bancada do Albufeira Prometida entende que sem bom planeamento, rigor e organização, não há boa gestão.

Por estas e por todas as razões que temos referido nos últimos 3 anos, o nosso voto é CONTRA.

Albufeira, 27 de Janeiro de 2025

Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores – Albufeira Prometida